

EM BUSCA DE “OUTROS” ESPAÇOS  
LIVRES DE EDIFICAÇÃO

LOOKIN FOR “OTHERS” OPEN SPACES

**Miranda Martinelli Magnoli**

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).  
E-mail: mmemm@uol.com.br*

**FUNDAMENTOS**

## RESUMO

Reflete-se sobre os espaços livres de edificação em face de sua distribuição e configuração no urbano, em sua condição de elemento integrador de convívio. Selecionam-se a cooperação, o auxílio mútuo e a mobilidade, como aspectos básicos da vida do homem desde os primeiros agrupamentos pré-históricos; valoriza-se a relação que se estabelece com o entorno, na dinâmica das transformações do ambiente e do próprio homem nessa evolução cultural. Privilegiam-se as condições de sociabilidade nas interações dos espaços e dos tempos; o avanço das liberdades e direitos em conexão com as territorialidades; diversidades em relações de interdependência e complementaridade são adotadas como atributos próprios dos espaços culturais, sociais e ecológicos. Selecionaram-se algumas situações, absolutamente não-assumidas como modelos, à reflexão-referência para espaços livres nas cidades, nas redes de cidades, nas regiões urbanizadas. Estudos a respeito do povo brasileiro, cadinho da mescla de três raças e de múltiplas formações socioculturais, são indispensáveis para entendimento da paisagem brasileira e reinterpretções do legado europeu.

**Palavras-chave:** Sociabilidade, diversidade, singularidade, interação, complementaridade, focalidades.

## ABSTRACT

*The paper is a meditation about open spaces in relation to the figure and the arrangement in the urban space; the focus is on their wholeness condition for the conviviality. As basic aspects of the human life, since the first groups of early history, we selected the co-operation, the mutual help and the mobility. The relation with the environment is put in relevance bearing in mind the human and environmental changes in the context of culture as a dynamic phenomenon. In the interaction of time and space are privileged the sociability conditions; also, liberties and rights, connected with the territories. The interdependency and complementary relations in wide varieties of habitats are emphasized as quality expressions of cultural, social and ecological spaces. The fact that we selected some examples for reference and reflection on open spaces in towns, in network cities, and in urbanized regions can't be seen as proposal for patterns. To understand the Brazilian landscape and to suggest another approach to new readings of the European inheritance, studies on the Brazilian people as melting pot of the different ethnic groups and their various and diversified socio-cultural development are essential. KEY-WORDS: sociability, diversity, peculiarity, interaction, complementary relation, focus.*

**Key words:** Sociability, diversity, singularity, interation, open space, focus.

# EM BUSCA DE “OUTROS” ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO<sup>1</sup>

## LOOKING FOR “OTHERS” OPEN SPACES

Algumas palavras iniciais retomam o tema. Apesar de um programa inovador, há 30 anos, para a disciplina, era muito modesto o alcance que pretendíamos em relação aos espaços livres de edificação: inseriam-se em conceito de paisagem, enquanto dimensão operativa. A paisagem, como manifestação do ambiente, totalidade de natureza e cultura, ainda não se apresentava, em geral e para nós também, com clareza. Para dar início às atividades era importante que o “espaço livre de edificação” fosse visto, considerado, antes de mais nada; percebido em sua existência; deixasse de ser “vazio”, e a expressão era, e ainda é, muito significativa da recusa em vê-lo. A consistência que lhe atribuíamos era de espaço de apropriação pública, democrática; o mais democrático dos espaços urbanos, atuando como elemento integrador – com implicações nada desprezíveis – em relação à urbanização; esta, incorporada, vinculada aos aspectos das bases naturais da paisagem.

Nossos estudos e exemplos limitavam-se a São Paulo, assim como se limitava a São Paulo e à FAU da USP o alcance de nosso ensino<sup>2</sup>.

O tema “espaços livres de edificação” foi abordado, no final da década de 1970, como *“todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e em seu entorno que não está coberto por edifícios; a amplitude que se pretende, diz respeito ao espaço e não somente ao solo e à água que não estão cobertos por edifícios; também diz respeito aos espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos. Por esse entendimento de espaço livre (todo solo e toda água que não estão cobertos por edifícios) o vínculo do espaço é fundamentalmente de localização em relação aos edifícios, isto é, para com as pessoas que os ocupam, em circulação ou em permanência. O enfoque de espaço livre enquanto objeto de desenho, só é relevante desde que analisado em face das atividades e necessidades do homem urbano”*<sup>3</sup>.

O aspecto prioritário, para nós – na época, era relacional: entre o espaço edificado e o espaço não-edificado. Nesta relação se privilegiava a interdependência, a complementaridade: integravam-se – edificações e espaços livres – por estes atributos. A característica de continuidade dos espaços livres, a condição “ligante”<sup>4</sup> dos espaços livres de edificações associada aos atributos indicava implicações na urbanização, conferindo-lhe peculiaridades – distintas e por vezes múltiplas – nas diferentes escalas. Na continuidade relacionavam-se ao sítio – enquanto bases naturais da paisagem e acervo das intervenções antrópicas acumuladas. A análise das condições de apropriação dos espaços livres no todo e nas partes do intra-urbano, permitiria uma leitura inicial do caráter democrático da organização social urbana. Distribuição e CONFIGURAÇÃO da distribuição desses espaços livres, diante das oportunidades de acessibilidade e características de potencial para apropriação, em diferentes níveis escalares, questionava o modelo de urbanização. São Paulo, enquanto estudo de caso, procurando superar o intra-urbano, recebia abordagem metropolitana, apoiando-se em experiências de projetos e planos; era, então, importante a participação no Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado<sup>5</sup>.

O retorno ao tema, de nossa parte, é muito limitado; alguns aspectos foram confirmados e avançados no “caminhar”: porém, muitas são as ressalvas desse processo; cobram estudos, pesquisas. Como, neste milênio, levando em conta lacunas, fragmentação e setorização do pensamento e das mentes, analisar essas paisagens? <sup>6</sup>.

Trazem-se considerações, abertas à associação e interpretação de cada um, a partir de alguns aspectos: **uma seleção**; problemas da atualidade instigam “**pontes**”, de múltiplas leituras; **em busca... no legado europeu** é a procura de consistência para o que havíamos enfatizado como “ligante”, como aglutinador; contextos e tramas é meio na “liga”; **em busca ... da gênese do mundo moderno**, é uma procura entre as grandes navegações e a Europa do Renascimento que funda o mundo moderno; **em busca... de caminhos plurais** é um intervalo; desdobramentos a serem explorados; **região urbanizada** reúne dúvidas em algumas relações mais complexas nas quais as “metrópoles” se inserem na atualidade no território; podem se entrever trilhas? ... para repensar o que citávamos, há 30 anos, como “*espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos*”.

**Uma seleção** – cooperação, convivência, diferenças; mobilidade, entorno; os grupos se relacionam com seu meio.

É bibliografia comum, entre os arquitetos, o texto de Benévolo<sup>7</sup> para o desenho da cidade; elege a cidade como fio condutor de uma narração histórica; em rápida síntese indica a modificação superficial do ambiente natural para criar algum ambiente construído – refúgios em grutas, proteções de peles sobre estruturas muito precárias e elementares de troncos de madeira, assentamentos primitivos, povoados neolíticos mais elaborados, já com o uso de algumas técnicas, transformações maiores do entorno, das atividades, mediante trabalho com certo grau de organização; conduz-nos até o que ficou conhecido como “*revolução urbana*”.

No fenômeno da cidade é histórica a formação das “civilizações fluviais” do Velho Mundo: floresceram ao longo do rio Amarelo (civilização chinesa), do Indo (civilização pré-indiana), do Eufrates e Tigre (Suméria, Babilônia, Assíria), do Nilo (civilização egípcia). Cidades se estabeleceram em planícies férteis aluviais, facilmente irrigadas e muito produtivas, em seu entorno próximo. As civilizações “filhas do mar” da Fenícia, Grécia e Roma, floresceram em torno do Mediterrâneo; tiveram de ampliar muito os espaços de produção para obter alimentos e excedentes; a cidade emerge como centro de um empenho humano de contínuos e múltiplos esforços de aprendizados para providenciar as fontes de energia de que depende: alimentos, vestimentas, abrigos; desde a origem das cidades, a apropriação e distribuição dos produtos advindos das artes do fazer e do saber – material, artístico, intelectual, existencial, envolvendo sentimentos e prazeres do mundo – consideram-se definidas por organizações sociais que estabeleceram poderes sobre a vida e a morte de larga parte dos povos.

### **Cooperação, Auxílio Mútuo; Convivência, Sociabilidade; Tolerância, Conflito – Diferenças**

Elaborando sobre os propósitos e fins do desenvolvimento humano, Mumford<sup>8</sup> nos alerta: “*escuteu-se o fato de que um dos principais sustentáculos da vida dentro da espécie não é tanto a luta quanto a cooperação*”. Aponta-nos “*o papel da cooperação e do auxílio mútuo, a que Pedro Kropotkin iria dar o máximo realce*”; mostra que os darwinistas tinham desprezado o auxílio mútuo como fator de evolução, com realce excessivo para a luta pela existência. O mundo industrial se regozijava com o apoio de uma teoria científica que se somaria à idéia de Malthus: atos de egoísmo se justificariam por uma lei fundamental da natureza: o segredo da sobrevivência era dos mais fortes, dos superiores. Não se pode negar a existência da luta e da agressão selvagem no mundo da natureza; porém, foi exagerada, enfatizada, a importância desses fatores, aceitos como explicação satisfatória do curso da vida. Feuerbach não poderia ser aceito; seriam intensas

as investidas contra sua filosofia pela reconciliação<sup>9</sup>; as chances de amalgamar um grupo de homens de diferentes idéias, posições e formações estavam fora de cogitação.

Da gruta aos primeiros povoados, a caça encoraja as relações entre os indivíduos; não só no momento da captura e da morte dos animais, mas também quando do consumo; a caça dos grandes mamíferos herbívoros é fator importante na evolução da espécie Homo, de sua tecnologia, de seu caráter social. A faculdade de cooperação foi importante para a sobrevivência: da coleta às lides com as plantas e os animais, os aprendizados para alimentação, habitação, técnicas, são variados e múltiplos; diversificam-se papéis nos primeiros acampamentos; enquanto os machos caçavam e as fêmeas colhiam grãos e raízes, as velhas e as grávidas tratavam dos descendentes: evolui e progride a organização "social". Transmissão, memória, oralidade, capacidades para passar de uma geração para outra as técnicas, seus modos e características fazem da espécie humana a condição de única e original. O fogo, como elemento lúdico, encantamento e magia, é divertimento que estimula o desenvolvimento social: a reunião à volta encoraja a articulação da linguagem; alargam-se os acampamentos, principalmente em consequência da domesticação do fogo. Transformam-se as maneiras de viver e as relações entre os indivíduos, com a passagem da caça à guarda dos rebanhos: um povo que vive da caça, concede a máxima importância à existência de homens jovens e vigorosos; mas um povo cuja alimentação assenta em atividades como a guarda dos rebanhos e à criação de gado atribui também um papel na produção às crianças, aos velhos e a outros indivíduos com menos preparo físico. Diferentes seres, na cultura da terra; cria-se maior estabilidade com as instalações comunais: agrupam-se em um lugar, no espaço de pequenas aldeias.

O homem desafia dificuldades, temores, expectativas; relaciona-se com os outros, com seu meio; especula necessidades, regozija-se com prazeres. São os homens, em conjunto, em grupos, em "sociedade" que desenvolvem aptidões, capacidades, experiências; alargam conhecimentos, pensamentos, sentimentos; estão a construir sistemas culturais.

### **Mobilidades, Deslocamentos; Pausas, Paradas**

O homem, pelos diferentes recursos e abrigos que obtém da natureza, vulnerável às mudanças sazonais, é um nômade com alguma parada; obrigado a deslocar-se, em busca de água e alimento, é próprio da condição do coletor e caçador a acessibilidade, à procura de espaços os quais lhe dariam subsistência em parte do ano; ele depende de sua mobilidade para encontrar outro meio favorável; ao reconhecer as diferentes disponibilidades de recursos em espaços da natureza, precisa fazer uso sábio do tempo; em cada espaço, ele participa temporariamente; provavelmente aprendendo a relação entre a produção e as estações. As pausas, mais frequentes e mais difusas, revelam-se pelos primeiros acampamentos, muito rústicos, à borda de rios e lagos – que a história localizou: esses ambientes propiciam o suprimento de água, alimentos e diferentes materiais. É levado a entender melhor o espaço em que se move, a reconhecê-lo, a avaliá-lo e no processo, cria relações com o território; outras técnicas, novas percepções do espaço, do tempo; novas experiências, idéias, imagens, pensamentos e emoções.

A vida adquire diversos ritmos espaciais com a mobilidade, os deslocamentos e as pausas desse homem, nômade-sedentário; em pausas mais longas, ao tornar-se mais sedentário, ele "inventa" sua maior transformação em relação ao meio: adquire o conhecimento e a faculdade de organização do processo biótico; cria a artificialização da paisagem; altera o contexto de sua relação ecológica. Um determinado lugar se "liga" mais com a comunidade; conhece mais os lugares; escolhe, faz opções; pertencer a um lugar começa a ter significado para a comunidade; estabelece um núcleo em que habita, armazena, processa seus bens; o espaço do entorno é apropriado por usos que trocam a natureza existente pela natureza a qual ele metamorfoseia de acordo com novas técnicas; distâncias e mobilidades relacionam-se com o núcleo e com o crescer de seu grupo.

Desde os casos clássicos das civilizações fluviais no “Velho Mundo” e Roma, como o essencial do Ocidente atual, agrupado com o oceano Atlântico<sup>10</sup>, é o primado da circulação que se revela; com este, as trocas, os choques de vizinhanças, as negociações, as diferenças dos lugares, as recriações dos lugares, as mudanças de ambiente; o grupo humano se recria e recreia-se nas mudanças de tempos e espaços. O movimento, diálogo constante da fusão espaço-tempo<sup>11</sup>, ilumina vitalidades: tudo é pleno, não há o vazio; o espaço vazio é pleno de vida: neste, o coletivo, em suas muitas diferenças, coopera, convive, conflita, tolera-se. Além, o vazio não é imaterial e desprovido de significação. Preenhe de significado e valor, neste vazio<sup>12</sup> o coletivo humano é posto perante a relação interpessoal na diferença de cada um e de cada um dos grupos, na diferença da variedade de espaços. Experiência histórica múltipla, de rica pluralidade de manifestações: algumas similares, outras contrastantes, ainda algumas outras convergentes e inúmeras, contraditórias.

Pela mobilidade, o homem enriquece a vida, nos contatos com os lugares e com as comunidades; pela pausa, uma peculiar maior sedentariedade em algum período, identifica-se, ele e a comunidade em um espaço, transformado – ora mais, ora menos; a relação consciente dos seres humanos com o meio que os abriga é irrefutável, não pode ser evitada, impedida: é “fatal”; com toda diversidade de culturas da multiplicidade de cada um dos grupos sociais. O ritmo espacial da vida ilumina interior e exterior; do ser, do ente, do espaço; da sensação de si no mundo; percepção, sentidos, idéias, imagens, pensamentos, emoções, prazer, significados, valores formam o contexto ambiental, em uma peculiar visão de realidade, no modo como cada sociedade constrói o Stonehenge que imagina, articula seu mundo simbólico: o espaço da existência.

O sentido de lugar (“topos”), ligação com o meio, sentimento, emoção, afetividade, percepção, atitudes e valores do meio ambiente, cunhados por Tuan como “topofilia”<sup>13</sup>, pouco fez parte da formação dos arquitetos, até as últimas décadas do século XX<sup>14</sup>. Claro está que este tema se insere em pensamento que relaciona-se as humanidades, ciências sociais, ciências naturais, espaço e morfologia, os processos, métodos e procedimentos de construção e gestão (produção, desempenho, expectativas) do “fazer arquitetônico” em seus diferentes níveis escalares e nas diversidades culturais nas quais estão envolvidos. Formulação teórica a desenvolver em que os aspectos da relação entre o homem, os grupos humanos, as sociedades com o espaço são um dos fulcros da questão; o outro fulcro diz respeito à natureza, na medida em que tem seu próprio sentido, caráter e significado.

Do conhecimento das cidades, do fenômeno urbano, sintetizei a seleção de três aspectos (cooperação, mobilidade e entorno) que nos pareceram urdidos, tecidos entre si – embaraçados como uma rede – à busca de um maior sentido de associação comprometida. Nessa busca não há um objetivo de meio e fim, não há intenção finalista; limitamo-nos a iluminar alguns atributos de uma realidade de leitura concebida como movimento incessante, em uma certa perspectiva – que se pensa em termos históricos – e apreende os fenômenos como processos, em permanência e continuidade, mas também em modificação e variação.

Nessa ótica da busca, a relação entre a sociedade, a natureza e seu espaço pode compor uma teia de outros fundamentos a sugerir outras abordagens do processo universal de apropriação do espaço natural e de construção do espaço social pelas diferentes sociedades e suas culturas, em seus espaços próprios, ao longo da história. A relação entre o real e o simbólico (objetivo-subjetivo) tem se apresentado como verdadeiro desafio do conhecimento, já que a natureza se torna objeto de revalorização e ressignificação; é principalmente por via da natureza, pelas leituras da questão socioambiental hoje questionadas, inquirim-se, formas de apreensão do mundo da vida; são outras, são diferentes formas as quais estavam obscurecidas.

Selecionamos a sociabilidade (cooperação, conflitos; multiplicidade das diferenças) construída pelo grupo humano, inserida nas ações e decisões das sociedades, em que mobilidades e terri-

torialidades (inscrição das sociedades na natureza) se conjugaram na apropriação dos recursos da natureza, por meio de faturas diversas, no tempo e no espaço; a idéia de fatura, inerente à ação do homem, não dissocia forma e conteúdo: “as formas são emissoras de significados”<sup>15</sup>.

### “Pontes”

**A “ponte”** – *“Leve e poderosa, a ponte lança-se sobre o rio. Ela não liga apenas duas margens já existentes. É a passagem da ponte que faz ressaltar as margens como margens. É a ponte que as opõe espacialmente uma à outra. É pela ponte que a segunda margem se destaca face à primeira. As margens não seguem o rio como orlas indiferentes de terra firme... A ponte une o rio, as margens e as regiões numa vizinhança mútua. A ponte reúne, à volta do rio, a terra como região.”*<sup>16</sup>

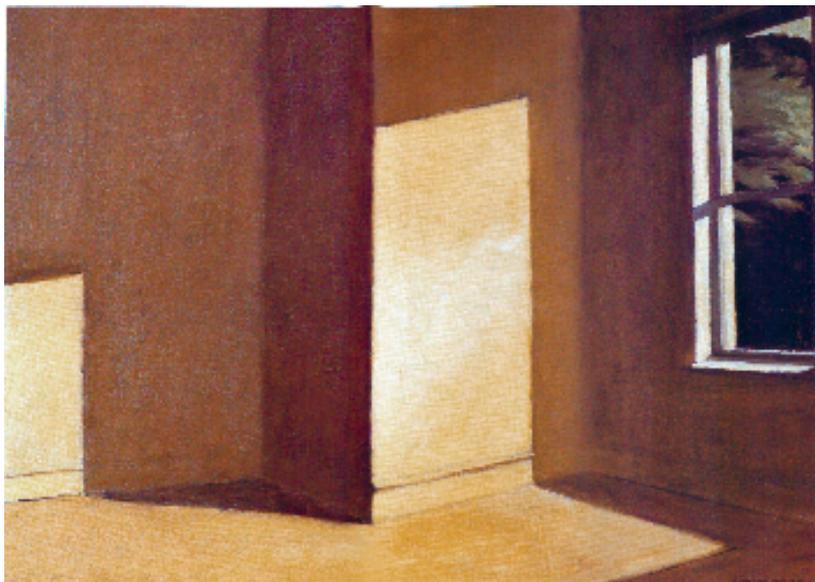
A ponte se introduz modificando a paisagem; congrega, unifica, transforma o conjunto de relações; traz novos sentidos; altera, flexibiliza limites e limiares. O pensamento da racionalidade científica e econômica, modelo para o mundo construído, vem sendo discutido; as supremacias dessa racionalidade soçobram, desmoronam, ante a evidência da pobreza, desigualdade social e degradação ambiental. O dilema da transição procura a ponte a lançar; são múltiplos os projetos dessa ponte; é forte a tensão entre as alternativas; algumas destas é possível que nos conduzam à mesma espoliação da natureza, à mesma exploração do trabalho pela oferta esperta de desejos; pela simulação das diversidades, das diferenças, nas generalizações homogeneizantes que a difusão “universal” de imagens globalizadas facilita. Às sutilezas do desenredar algumas propostas, às dificuldades de revisar, reestruturar o universo do conhecimento, de idéias compartimentadas em que nos desenvolvemos, é necessário um sério e agudo discernimento para, reconhecer, antes de mais nada; superar o estranhamento permitir-se reconfigurar “o rio, as margens e as regiões em vizinhança mútua”.

**A “veduta”** – Nas artes plásticas, com a representação da cidade e dos campos de *A imagem de um bom governo* (Ambrogio Lorenzetti, 1337-1340), a paisagem se incorpora à arte renascentista; posteriormente, o aparecimento da janela, interior ao quadro, como “veduta”, abre o espaço interno para o exterior; a janela é o meio pelo qual se associa o país à paisagem<sup>17</sup>. Pela janela se isola e integra-se, segrega-se e congrega-se o exterior e o interior; as imagens interior- exterior se conectam; é a laicização e unificação: “extraí o mundo profano da cena sagrada”, no dizer de Alain Roger. Ainda virá a ampliar-se assumindo as dimensões de todo o quadro; aí, quando se inverte a relação da cena e da janela, é a visão panorâmica que domina, espetacular muitas vezes: “entrou por uma pequena porta, ou, melhor dizendo, pela pequena janela”<sup>18</sup>.

No percurso da pintura de paisagem, o mar e a montanha, lugares de desejo e prazer, serão culturalmente criados, na representação da paisagem ocidental da arte do século XVIII; confirmando modelos de visão de cada época, é novamente a paisagem que ocupará a cena das primeiras grandes fotografias de 1850. A paisagem é lida conforme o tempo, o lugar e a sociedade em que se dá essa leitura; porém, é da natureza do homem criar referências, não meramente objetivas, ao pensar, imaginar, sentir, significar e dar valor às coisas do mundo; por esse processo, não só subjetivo e objetivo se entrelaçam, mas também se iluminam as diferenças, as diversidades culturais e valores da subjetividade.

O percurso do Renascimento (este umbilicalmente associado aos descobrimentos do Novo Mundo<sup>19</sup>) ao modernismo (expressão da modernidade, fenômeno societário e cultural o qual nas artes plásticas se manifestou de formas singulares e locais) traz o sol (de Galileu e de Giordano Bruno) de volta, nos Estados Unidos do século XX, agora sim pela janela – interior ao quadro – como “veduta” que incorpora a natureza; agora é naquele Novo Mundo que, no início, não foi tão cobiçado como o Novo Mundo da Espanha e Portugal.

*Sol num quarto vazio* é imagem pintada em 1963 por Hopper <sup>20</sup>. Intuição, sensibilidade da natureza, fonte de riqueza, suporte de formas culturais de significados?



Quarto Vazio  
Crédito: Acervo  
da Autora

**A “crítica”** – A pintura do pensamento, a crítica, o desafio da dúvida, a contradição, o dardo ao valioso são parte dos aspectos os quais Otavio Paz alinha sobre a obra de Marcel Duchamp<sup>21</sup> que ele considera único como artista. Os quadros de Duchamp não são imagens; são a reflexão sobre a imagem.

A sua busca é a de substituir a “pintura-pintura” pela “pintura-idéia”; procura negar a pintura que ele chama “olfativa” (odor de terebentina) e “retiniana” (puramente visual); a negação é sua obra. Em sua obra de muito poucas obras mostra que todas as artes, sem excluir as dos olhos, nascem e terminam em uma zona invisível. “À lucidez do instinto opôs o instinto da lucidez: o invisível não é obscuro nem misterioso, é transparente...”

A crítica ao gosto a partir dos *ready-made*, enquanto objetos anônimos que o gesto gratuito do artista, pelo único fato de escolhê-los, converte em obra de arte, faz-nos refletir para a contradição, como essência desse gesto o qual dissolve a noção de obra, a idéia de valor. O interesse do autor não é plástico, mas sim crítico ou filosófico. A crítica é ativa, como “um pontapé contra a obra de arte sentada em seu pedestal de adjetivos”.

Na esfera dos significados, a atitude moderna diante da natureza faz Duchamp escolher um objeto manufaturado e inscrever seu nome. “Para chineses, gregos, maias ou egípcios a natureza era uma totalidade vivente, um ser criador.”<sup>22</sup> Para os antigos, a natureza era uma deusa, sua energia vital associava o nascimento dos deuses ao nascer do próprio universo; enamoravam-se, povoando a terra de semideuses, gigantes e monstros, e sua morte representava o fim e ressurreição do tempo. O ato de Duchamp em um objeto manufaturado, expõe a técnica como natureza do homem moderno: os objetos são fabricados pelo homem; não nascem, vêm da esterilidade da técnica e sua morte é a da lixeira ou da refundição, reciclagem. Ao inscrever seu nome, nega e desafia a operação artística da época em um jogo filosófico de humor.

Criador do mito da crítica, Duchamp é “intensamente humano e a contradição é o que distingue os homens dos anjos, dos animais e das máquinas”<sup>23</sup>; mina a autoridade da razão pela ironia da afirmação; não sendo um irracionalista, aplica à razão uma crítica racional pelo humor delirante e raciocinado. Seu atrevimento de liberdade não é um saber, mas a procura do que está depois do saber; a liberdade é a meta; provisória, condicional, ambígua, indefinida<sup>24</sup>.

Esse texto, baseado no encontro de um intérprete e crítico da qualidade de Octávio Paz com um audacioso renovador como Duchamp, é de um peculiar fascínio: visão, negação, mutações do espírito moderno da primeira metade do século XX<sup>25</sup>. A singularidade de análise, de idéias, de contradição, de rigor de Duchamp deve encontrar-se com sua paixão pelo imprevisível, pelos duplos jogos do visível e invisível, de objetos-metáforas e meditações-reflexões sobre a metáfora: pluralidade de significados, criação e meditação sobre a pintura, transmutações do ser humano são parte de seu método de investigação interior.

Paz, ao observar os 23 anos que medeiam a obra *Grande vidro* e o começo da *Conjugação*, além de indicar-nos alguma ponte, – ou, pareceram-me muitas, as pontes – corrige a impressão que se passou: Duchamp teria renunciado à pintura; sua obra se converte na negação daquilo que há mais de dois séculos chamamos pintura. ...*“moderna, a arte de Duchamp faz a crítica da modernidade”*.

**O “outro”** – ... *“cada um experimenta-se no mundo interativo; o sonho está preso nas redes da organização social... a banalidade do viver que se repete... situações que amedrontam, que causam temor... o mundo que trazemos dentro de nós é o mundo da possibilidade, não apenas do que foi mas, do que pode ser. Vivemos submersos na ilusão de que somos sujeitos nesse processo social, não nos damos conta de que estamos limitados por mecanismos sociais que suprimem nossas diferenças. A supressão das diferenças não nega apenas o espaço da alteridade, nega a possibilidade de os indivíduos perceberem que convivem com o outro, não estando imunes à sua presença – ele age sobre nós, influencia nossas ações. Esse outro que, no limite, é o outro de nós mesmos”*<sup>26</sup>.

A ponte entre o mundo do sonho e o mundo da vida cotidiana; o sonho como modalidade de interpretação, do ver a vida, na região metropolitana de São Paulo<sup>27</sup>. As “pontes” são muitas: na mediação entre o interior e o exterior, no embate com o estranho, no esforço e dificuldade para romper uma sociabilidade que surge rotineira e limitadora, na percepção da riqueza que o contato diário com o “outro” pode proporcionar à sua vida. *“Cada sonhador elabora o sonho e re-elabora ao interpretá-lo através de um estilo cognitivo próprio, de acordo com sua cultura, grau de socialização, etc.”*<sup>28</sup> Cada sonhador estabelece uma ponte entre as incoerências as quais experimenta no mundo interativo; no sonho, as defesas da racionalidade e vigília são recolhidas. Neste trabalho, os autores, utilizando instrumentos teóricos e interpretativos da sociologia da vida cotidiana, mostram que o morador de São Paulo sente-se desprotegido, descobre a cidade como uma arquitetura de medos, labirinto de pequenas e sutis violências, enche as ruas de inimigos sem fisionomia: denúncia crítica dos desencontros profundos, das contradições da metrópole e do mundo racionalizado, organizado.

Enxergo em cada tema – poderiam ser outros – conexões, pontes; são rumos de cada um, na leitura da livre reflexão e opinião; as conexões trazidas são até excessivas; podem prejudicar que cada um faça “suas” pontes.

### **Em Busca ... no Legado Europeu**

Selecionada a sociabilidade (cooperação, conflitos; diversidade das diferenças) construída pelo grupo humano, inserida nas ações e decisões das sociedades, em que mobilidades e territorialidades (inscrição das sociedades na natureza) se conjugaram na apropriação dos recursos da natureza, é reconhecida a criação de cidades como uma das características da cultura européia. É no legado ocidental da origem das cidades<sup>29</sup>, que procuramos situar, entender, a convergência de relações do caráter gregário, inscrito nas cidades, nos múltiplos níveis espaciais interior-exterior; das relações com a natureza nos entornos das cidades – contatos interior-exterior do casco urbano – e das relações com os caminhos, as rotas – redes – dos deslocamentos mais amplos.

Convergências, centralidades, focalidades, desconcentrações, cidades pequenas<sup>30</sup>, maiores, relações do trabalho no campo e cidade, multifocalidades de cidades ampliadas, interação com a região próxima – como uma relação cultural que liga o indivíduo às formas circundantes, fazendo-as *falar* aos sentidos<sup>31</sup> – são as reflexões destacadas a partir da idéia de cidade, interpretada como sede de intensas relações humanas.

É da permanência, da continuidade da civilização européia, conservar, transmitir o modo de viver urbano; porém, também as modificações e variações estiveram no processo de urbanização do legado ocidental em práticas e produções que se apresentam extremamente diversificadas, múltiplas no tempo e no espaço; tornam as generalizações perigosas, exigem a análise dos casos concretos, com os critérios adequados às temáticas que se pretende observar.

Introduz-se a expressão “contexto” com a intenção de qualificar a condição “ligante”, interdependente e complementar. Por essa acepção, a idéia de cidade, privilegiando contextos, parece muito rica enquanto leitura de tramas, malhas, espaços, ações, lugares, configurações: valoriza-se o caráter gregário, as possibilidades e oportunidades de encontros e contatos:

- nas cidades pequenas – unifocalidade (Siena) e sistema de espaços; a rede de cidades pequenas (Toscana);
- na cidade ampliada – multifocalidade (*rioni* na Roma de Sisto V); descentralização – desconcentração;
- e entre a cidade e o território procura-se refletir sobre como os momentos em que o indivíduo reúne objeto e sujeito se manifestam no “desenho” em procura de relação, da “região urbanizada” da época (Roma no entorno).

No legado europeu, pela abordagem que se privilegiou, são alguns marcos da evolução da idéia de cidadania, que nos levam a – de início – usar como referência, Siena enquanto cidade-república; seguem-se algumas poucas observações (só devido à presença sempre constante, histórica) sobre a *ágora*; trago a Roma de Sisto V em leitura que entendo, criação deliberada (de certa forma antecipando um sistema) de focos de relações no urbano; algumas reflexões sobre a cidade e seu entorno (entendido para os espaços da época como a cidade em sua região) concluem essa busca de referências no legado ocidental até o período do Novo Mundo.

É um dos quadros possíveis, entre muitos outros; aquele em que melhor me religo, entendo-me, com a opção de Bohigas, em final do século XX – ao reformular parte do casco tradicional de Barcelona – de abrir mão de espaços edificados particulares para transformá-los em espaços públicos e dar-lhes um especial significado para o conjunto da coletividade<sup>32</sup>. É um quadro em que se busca – ainda e novamente – como iluminar os espaços de convívio em vista do quanto ainda se mantém intensa a valorização da “paisagem de objetos” (monumento no cenário), do quanto ainda persiste a “invisibilidade” dos “vazios”. Nas relações entre o edificado e o não-edificado, ainda não se permite o casamento.

## Unifocalidade

É pelo fato da obtenção de algum nível de liberdades, ou melhor, de uma certa independência e de um poder mais permeável a todas as camadas do sistema social que sou conduzida às cidades-república da Toscana e à Piazza del Campo de Siena (unifocalidade).

O ressurgimento do comércio e das cidades no Ocidente, entre os séculos XI e XIV, é parte de um processo para o qual concorrem múltiplos fatores que virão alterar o sistema feudal; fluxo contínuo em contatos mais constantes e cada vez mais intensos de produtos e especiarias do Oriente, crescimento demográfico, aumento da produção nos campos com inovações tecnológicas, produção artesanal, entrepostos e feiras de comércio, conjugam-se para a criação, na

Europa, de um novo estilo de vida. A influência das cidades passa a prevalecer sobre os campos; as primeiras casas bancárias e outros novos negócios participam das mudanças; supera-se a economia de subsistência e de simples trocas naturais; cria-se uma dinâmica no comércio, alteram-se formas de trabalho, outras atuações se exigem das corporações de ofícios; a nova camada de “burgueses”, os mercadores enriquecidos, caracterizam-se pelo poder político, prestígio social e maior riqueza material.

Desde o século XI as comunidades do norte da Itália vinham se transformando; com a organização das comunas, uma boa parte da classe proprietária de terras já morava nas cidades; nestas, procura-se o direito de administrarem-se a si mesmas, assegurando a vida econômica, a defesa externa, a prosperidade material: é a recompensa de liberdades, algum nível de liberdades, uma certa independência. A maturação das comunas, no século XII, completa a integração dos nobres na vida urbana; não cortaram suas ligações com o campo, mas sua base passa a ser a cidade e até certo ponto imprimem à vida da cidade sua própria imagem. Daniel Waley frisou essa *“fundamental interpenetração e interdependência entre cidade e campo, entre o burgo e o feudo... uma série de implicações sociais e políticas... a ‘urbanização do feudalismo’... os próprios camponeses vieram viver dentro das muralhas ... muitos camponeses se mudaram para as cidades sem deixar de ser camponeses”*<sup>33</sup>.

Surge, nas cidades-república<sup>34</sup>, em nível desconhecido em qualquer outro lugar, o aumento das forças populares; fortalecido, o poder se faz cada vez mais permeável a todas as camadas do sistema social. A cidade italiana se tornou, em grande medida, um microcosmo de toda a sociedade; os camponeses são, em grande medida, urbanos; as distâncias entre o campo – lugar do trabalho agrícola – e a cidade são percorridas diariamente pelo campesinato “urbanizado”. A permeabilidade do poder faz uso de um quadro espacial em que tudo se discute no cotidiano do espaço público; nos passeios (*passeggiata*) diários, o encontro carrega a vivência do trabalho, das festas, dos carnavais, do teatro; a opinião pública comenta tudo, dos conflitos ferozes entre as famílias abastadas às lealdades que constroem entre si e entre cidades visando ao poder maior, do papado ou dos impérios dominantes. Pode-se quase ler, as “redes” que uniam, na Toscana, algumas das cidades, distantes entre si, como resultados dos arranjos de interesses entre “lealdades”; a rede de relações que estende laços transespaciais entre Siena, Arezzo, Pisa, Pistoia corresponde às tradições de preponderância das famílias Ghibellini; a outra rede une Bologna, Florença, Lucca, Montepulciano, Orvieto às tradições dos Guelf.

As camadas mais pobres da população, mesmo participantes, tinham menos chances que as demais, mesmo com a permeabilidade citada; porém, não deixa de chamar a atenção o fato de, em Florença – 1378, os artesãos das corporações menores assumirem o controle da cidade por cerca de quatro anos, pela primeira vez na história. É circunstancial esse período em que a vida social e a vida espacial têm um feliz encontro; as condições oferecidas pelas cidades testemunham uma *“clara manifestação do paradigma da urbanidade”*, nas palavras de Frederico de Holanda<sup>35</sup>. Sem dúvida, a ordem espacial não leva à democracia ou à tirania. Concordo, porém, com Holanda, a *“ordem espacial das sociedades pode satisfazer melhor uma ou outra, e a democracia – tanto quanto a tirania – tem de necessariamente pagar um preço adicional para sua implementação deparar com padrões espaciais contraditórios a seus desígnios”*.

Em características mais gerais, destaco que o espaço público comum de Siena é complexo na diversidade e, ainda assim, unitário; distribuído em toda a cidade e interagente com os edifícios particulares e públicos em seus eventuais espaços interiores de pátios e jardins, de balcões, janelas e portas, apesar da predominância da fachada “fechada”, muito construída; não são necessários “panos de vidro” para a interação; a irregularidade da malha de vias se organiza de tal forma, que é fácil situar-se, ter idéia do bairro ou da cidade. A unidade do conjunto contrasta com a cidade antiga grega, na qual os espaços públicos e privados formam zonas contíguas e separadas; em Siena, as ruas não são iguais em dimensões, mantêm uma certa

gradação contínua entre principais e secundárias; as praças, em toda a enorme diversidade de dimensões e formas, algumas vezes até somente ampliações, conservam estreito relacionamento entre rua, praça, edifícios; estes, com vários andares, são regulados por estatutos da comuna (provenientes ainda do *Quattrocento* – século XV) em que o compromisso público-privado é definido por legislação a estipular os aspectos espaciais do contato entre os interesses comuns e particulares<sup>36</sup>.

Nessa acepção de cidade, a *piazza* ocupa lugar privilegiado como foco de convívio; em Siena, distinguem-se três principais espaços públicos, próximos no espaço: a Praça da Catedral (Duomo), a Praça do Mercado e a Praça do Campo (Piazza del Campo): uma única centralidade – um foco em três manifestações. A Piazza del Campo, monocêntrica, é a própria unifocalidade, nucleando os espaços livres das instituições públicas e os espaços públicos; singular, própria àquela cultura única, na pequena escala do assentamento, próprio daquela sociedade, preservando a escala humana, em relações concretas entre homens com rosto e alma reconhecíveis e respeitáveis, um a um em sua diversidade e autonomia<sup>37</sup>.

Um foco, uma manifestação espacial de convergência, já estava inscrita na ágora, no fórum. O que não estava inscrito era o algum “*nível de liberdades, ou melhor, uma certa independência e o poder mais permeável a todas as camadas do sistema social*”, que, de certa forma, viria a manifestar-se na vivência das cidades, na interação cidade-campo, em outra relação com o território, na manifestação artística na qual artistas sieneses de primeira grandeza como Simone Martini, os irmãos Pietro e Ambrogio Lorenzetti, introduzem a paisagem, da cidade e dos campos, que viria a incorporar-se definitivamente à pintura renascentista.

Em uma Ática inteiramente desflorestada no século V aC.<sup>38</sup>, pobre de recursos físicos, as póleis, cidades independentes gregas, centram sua estratégia de abastecimento na garantia das rotas marítimas; dependem de uma “*economia de escravos*”<sup>39</sup>: uma pletera de cidades autônomas espalhadas na região do Mediterrâneo, dependendo dos grãos da região do mar Negro. A noção de cidadania, entre os gregos, nas póleis, nunca ultrapassa o quadro de cada cidade, a tal ponto, que o cidadão (*polités*), era o homem (alguns homens) com direitos apenas em sua cidade. O pequeno de cada lugar, o clima e o cenário, sem dúvida, favorecem características culturais comuns, dialetos, regozijo com a vida pública, pleno sabor da vida urbana na praça do mercado; pessoas podiam se conhecer pessoalmente; as diferenças notáveis transparecem na valorização da luta enquanto elemento central da educação dos meninos gregos que se prolonga no associar a divergência e a luta como próprio a essa sociedade de escravos baratos, de unidades políticas independentes (cidade-Estado). Rivalidades territoriais, disputas por territórios entre cidades vizinhas, conflitos de fronteiras, barreiras de acesso a outras regiões, portos e mercados, lutas pelo abastecimento estão inseridos na “*autonomia*” e democracia relativa, contidas na grande volatilidade de situações por que passam as múltiplas cidades-Estado. O racionalismo do pensamento grego acolhe o distanciamento étnico, cultural, religioso da heterogeneidade social, das facções em conflito no interior de cada cidade, dos diferentes regimes políticos, das relações entre a oligarquia e a democracia.

## Contextos

Os “*espaços livres de edificação*” aparecem desde os primeiros assentamentos humanos; muito cedo adquirem o papel de “*contextos*”<sup>40</sup> “... a menor expressão escalar de um espaço livre de edificações, de um contexto corresponde a um conjunto de edificações”<sup>41</sup> – um conjunto de edifícios que contém, envolve um espaço aberto, constitui um contexto; ou também, lemos o contexto para um espaço delimitado por edifícios. A qualidade dos contextos urbanos depende sempre da relação de complementaridade entre as duas condições de edificado e de não-edificado; quanto mais se dá essa correspondência recíproca melhor é a interação entre eles, entre as duas

condições de edificado e não-edificado: é da razão de cada um dos dois ser imprescindível a razão para estarem juntos; cada um se explica na medida do outro, na interdependência.

As praças se formam onde confluem duas ou mais ruas ou, onde dois ou mais contextos se entrecruzam. Por esse motivo as praças são contextos em geral mais complexos que aqueles que as formam, entrecruzando-se. As praças também estão formadas por edifícios os quais envolvem um espaço aberto, ou de um espaço aberto rodeado por edificações; sua qualidade depende, de um lado, do nível de correspondência entre “o cheio e o vazio”; por outro lado, da energia das atividades humanas que contenham ou que as atravessam. São, então, as praças, coletoras e geradoras, simultaneamente, no sentido de recolherem energia das ruas (e dos edifícios) que a elas convergem e ao mesmo tempo distribuem às ruas (e aos edifícios) que nelas nascem. Nessa acepção, as cidades são tramas de diferentes contextos. A diversidade é intrínseca às relações, desde o início do tempo do humano, diverso nos diferentes espaços naturais em variedades de apropriações criadas. A condição “ligante” adquire atributos; qualifica-se na diversidade, na complementaridade, na interação espaço – vida social – existência humana.

Desde o pequeno núcleo de povoamento, à cidade pequena, às cidades ampliadas com bairros, setores de bairros, zonas, às maiores cidades se têm desde o conjunto de edifícios – articulando-se pelos espaços entre eles<sup>42</sup>; são espaços concretos com formas<sup>43</sup>; formas-apropriação, diversas e múltiplas, no cotidiano e no eventual de cidades, tramas de contextos. Trama – configuração ue se conecta ao entorno próximo e a outras cidades – tramas nas quais, para a convergência das sociabilidades da cidadania, usamos a expressão foco (nem sempre e da mesma categoria da expressão centralidade; muito freqüentemente se sobrepõem no espaço; deslizar a sobreposição é específico da singularidade de cada situação).

O papel da cidade, *civitas*<sup>44</sup> remete ao cidadão, à cidadania: é próprio da “casa da sociedade”; atribui significado aos espaços livres de edificação lidos como contextos, na medida das relações que carregam com a sociedade – urbanidade (esta considerada um valor caro, desejado pela sociedade democrática) e o continente, espaço que acolhe<sup>45</sup> o conteúdo. A dinâmica dos processos<sup>46</sup> de interação entre tempo e espaço (os processos ficam impregnados de culturas), na escala própria, resulta em formas<sup>47</sup>, em configurações.

A leitura do passado, a seleção que vai se remexer, o que se vai em busca nas heranças, é sempre em procura das questões do hoje vivido, com as aflições e reflexões do presente; não é uma busca fácil, em particular, se em procura do melhor entendimento do que ficou fortuna, do que reformular, revisar, rever, talvez ampliar ou do que procurar identificar para que não se repita similar. A adoção dos dois extremos é mais simples: fortuna ou descarte. E, no caso mais feliz, da posse do bem, não é sua manifestação mais aparente, a fisionomia do passado, a ser simplesmente imitada. Muitos imitaram Duchamp; sem efeito!

Multifocalidades, descentralização e desconcentração (com os entendimentos acima colocados), é a leitura atual da trama de contextos que, no passado, originaram-se na Roma de Sisto V.

A reconstrução da cidade, iniciada por volta de 1500, após o período das ocupações e queda da Roma Imperial, pertence ao Renascimento; no caso, inserida no poder mantidos pelos papas. Durante um século e meio passa a ser o centro da criação artística e do urbanismo; este, por obra de Sisto V. De 1585 a 1590, visando às peregrinações e procissões, usa sua autoridade, do poder de ordenar e construir, subordinando à sua vontade, praticamente única, ignorando vontades coletivas<sup>48</sup>, para traçar as primeiras linhas de uma rede fundamental de deslocamentos, de mobilidade.

Mantendo quase intacta a Roma medieval, o existente reúne, em um programa unitário, fragmentos de conexões executadas em períodos anteriores: a grande difusão do patrimônio antigo, mantido, confere a fisionomia à cidade. Liga o Vaticano com Castel S. Angelo; pelo eixo deste, com a ponte

S. Angelo, chega ao centro de negócios, às organizações mercantis da época; cria um conjunto de percursos: as vias deveriam unir as sete basílicas principais e os templos sagrados que os fiéis visitariam em um único dia de peregrinação. Sisto V percorreu a pé, muitas vezes encontrando no caminho, no fazer, as situações mais próprias para o que queria fazer convergir, avaliando percursos, distâncias, visuais, entornos, ambientes; aliviando colinas mais fortes, preenchendo vales, incorporando e aperfeiçoando o já feito; afeiçoa espaços para os peregrinos, reformula e cria aquedutos, dispõe grandes espaços com fontes nos cruzamentos das vias de conexão, observando e valorizando visuais para direções de interesse: constrói o “urbanismo de Sisto V”.

Uma das tarefas a que se propõe e executa consiste em levar a água até os pontos mais altos da cidade, de modo a facilitar a ocupação das zonas de colina (de melhor clima) que haviam sido abandonadas com a destruição dos aquedutos romanos (construídos entre 222 e 235 dC). A execução do aqueduto foi bastante trabalhosa; o respeito à topografia levou à dupla solução de arcos elevados e parte do aqueduto sob o solo. Em 1589 havia conseguido chegar a 26 fontes públicas, dispostas, com os obeliscos, naqueles grandes espaços de cruzamentos das vias da mobilidade: esses são os lugares onde depois surgiriam as praças de maior interesse, de maior centralidade<sup>49</sup>.

Sisto V age como se elaborasse um plano diretor com um determinado tema em mente, como se pretendesse transformar Roma em “um único templo sagrado”<sup>50</sup> simultaneamente centralizado e descentralizado, cidade e território, ao mesmo tempo associação de várias “cidades” menores (para a época, com seus meios de locomoção e distâncias) com seus comportamentos e lugares próprios, convergentes para espaços, (muito rústicos, de início) os quais, no conjunto, convertem-se em um sistema de praças<sup>51</sup>; o tempo, pela continuidade e permanência das apropriações, virá revelar o sistema.

O tempo mostrou, em Roma, que Sisto V deu forma urbanística à descentralização e à desconcentração (*rioni*– bairros do intraurbano): a convergência é assumida; dela fazem parte a diversidade, a variedade, o lugar de cada lugar em uma topologia plural como plural se reconhece a realidade. Na enorme diversidade de espaços, de situação patrimonial, de papéis múltiplos, fica indicado o princípio de multifocalidade, atributo essencial para uma cidade grande com urbanidade, com sociabilidade.

Centros ou focos de provável interação social – oportunidade para recuperar relações sociais em situações espaciais, cuidadosamente procuradas na coordenação que mantêm entre si. Cidade-cidadania, presente no tecido do “território urbano”, privilegiado por uma trama de nós de uma rede – o mais igualitária possível em urbanidade – com a descentralização (em *rioni* – bairros) de focos de decisão e desconcentração de atividades: focos sociais e nós espaciais.

Multifocalidade (em rede – não em árvore) em toda cidade grande parece necessidade latente na governabilidade com participação; a falta de um *locus* de centralidade própria, real, com identidade, com significado coletivo, desenraíza mais facilmente o cidadão; facilita o uso do bairro como dormitório; o desconhecimento do outro propicia generalizações de desconfiança ao invés de estímulo à vida em contato; participar, influir nos destinos coletivos exige um processo longo de amadurecimento da cooperação e solidariedade, dos conflitos e desajustes com obstáculos, impedimentos, dificuldades, relutâncias a ultrapassar, para a convivência, o respeito e, quiçá, chegar à valorização das diferenças que a multiplicidade e diversidade de relações traz à tona.

## **Pés no Solo, Pensamento no Sol, Sentimento no Sonho**

O urbano está assentado em sua região; com esta interação, pela relação cultural que liga o indivíduo ao circundante. Essa relação que *fala* aos sentidos é aquela a qual Alain Roger denominou

*raison paysagère*. De certa forma me refiro ao poder do lugar no pensamento, ao sentimento do sonho, lembrando do paisagista francês Michel Corajoud, o qual se referia ao jardim na cidade como “*um fragmento de sonho*”<sup>52</sup>. Frederico de Holanda observa que na avaliação da forma da cidade não se pode ignorar a poderosa identidade visual da paisagem urbana<sup>53</sup>. Identidade visual parece-me só um dos passos, mas ...

Norberg-Schulz em texto completado em 1976<sup>54</sup>, e Berque, em conferência no ano de 2000, valem-se de Roma para situar uma particular relação da paisagem com o ser. Ambos não deixam de advertir que, além de um problema ontológico, é também um problema técnico, político, ético, etc.; mas consideram que, de *per si*, estes aspectos não trazem respostas à dimensão existencial, por mais que possam facilitar ou impedir a realização de certas estruturas existenciais. Na expressão de Berque, mais ao fundo, o que se coloca é a questão do ser na paisagem urbana. E não é o ser em geral, mas o ser na Terra, e o ser em um certo lugar. Lugar, sempre singular, na medida de não existir o mesmo lugar duas vezes. Ambos lidam com o “lugar” (*place*) enquanto parte integrante da existência, como “caráter do meio”, “atmosfera”.

Schulz deixa clara a continuidade de sua busca; estava no trabalho anterior sobre as relações do espaço, da arquitetura com a existência humana e o que chamou de “fenomenologia da arquitetura”, embutindo sua materialidade na busca desse espaço. A singularidade também é claramente presente em sua leitura longa e cuidadosa de Roma; o entorno é integrado ao “casco” em múltiplas relações abrangentes; é muito clara em sua procura para a formulação de apoios ao processo de projeto.

Berque tece reflexões que se inserem na análise da cultura em sua dimensão espacial; a tradição dos estudos morfológicos como simples realidade externa já fora superada na década de 1990 do século XX<sup>55</sup>. A dimensão espacial da cultura, no final dos anos 1970 do século XX volta a ser objeto de estudo de várias áreas e diferentes abordagens; Augustin Berque, na transição dos anos 1980-1990, sobressai-se entre os estudiosos franceses que interpretavam a relação da paisagem com o meio. Com essa abordagem – caráter cultural – mais avançada e valorizada, mostra-se um pouco ácido a respeito de N. Schulz.

A leitura de Roma de Norberg-Schulz não é aquela que cria cidades; aquela da magnificência dos lugares públicos ou da difusão de rotas territoriais para o abastecimento ampliado, a partir de um vasto território de conquistas terrestre e marítimas, em torno do Mediterrâneo. A Roma Imperial das estradas, aquedutos, acampamentos fortificados, de uma certa limitada cidadania esparsa pelos lugares conquistados, instalando uma civilização, por vezes à sua imagem, ou sua imagem deformada, não explicam o caráter da cidade. Pelo contrário até; a singularidade que lhe confere expressão estaria contida no acolhimento, no *enclosed space*, o qual, apesar das monumentalidades, das relíquias, da Antiguidade ou do Barroco consegue acontecer; apesar da grandiosidade que lhe é peculiar, o que destaca schulz é uma forte presença do lugar, integrada e integrante do indivíduo.

Estará, desde as ruas, cada uma como um pequeno universo, um mundo completo, acolhedor, “fechado” (no sentido *enclosed*); com esta idéia básica em mente, vai montando todo um quadro dos diferentes espaços das ruas, praças, e entorno rural em que integra as edificações, os espaços livres, os espaços adjacentes e mais distantes do entorno da cidade. Volumes, massas, formas, aberturas, cores, insolação, odores, sons, luzes, céus, esculturas, equipamentos e o qualquer do cotidiano das pessoas em apropriações, movimentos de uma vida muito pulsante, são trazidos para a integração básica do acolher, do receber; do calor no e entre os lugares. Constata que seu caráter não reside em uma ordem abstrata, em um sistema geométrico compreensivo, em uma leitura a qual, no urbano de Roma, dificilmente se consegue observar, do *cardo* e *decumanus*, criação romana tão evidente em muitas das demais cidades que ela criou ou imitaram-na. Isto não determina sua aparência; a presença da Antiguidade é muito diferente daquela grega; não

simplesmente por não ser tão “clássica” (como caberia para assim entendê-la), mas principalmente porque, à diferença da cidade grega – a qual se distingue pelas massas dispostas como únicas, individuais no cenário – o edificado romano foi concebido como um todo integrado, com espaços contidos, articulando e articulados pelas massas edificadas.

Há uma qualidade enfatizada – o “hospedar” – que acontece desde a rua à praça; como um “interior” urbano onde a vida tem lugar. Não é a pequena escala que confere esta qualidade do estar interior, de “interioridade”; não é a intimidade das pequenas escalas de algumas cidades nórdicas; esse estar envolvido, aconchegado, recebido, acontece apesar da grandiosidade e de uma certa monumentalidade que a própria história de sua arquitetura lhe conferiu. Norberg-Schulz também identifica uma certa “simplicidade rústica” a trazer um senso de naturalidade similar à do entorno, da “campagna”, que é de natureza conforme; um ritmo controlado de massas articuladas em desenhos em que orografia, vegetação, águas, texturas, cores, ventos, sol, luz, águas se movimentam na conexão de um todo. Como se a natureza em sua manifestação na paisagem da região houvera sido incorporada, tomada e levada, carregada para o interior urbano fazendo um todo, um contexto de componentes interagentes.

O autor faz um relato contínuo e minucioso da paisagem do espaço integrado pela história em um conjunto único e singular; revela um desenho estruturado como um todo pelos atributos dos “fechamentos”, (das massas) que conferem caráter ao espaço.

Baseia-se em Heidegger para entender e explicar a imagem, o significado, a identidade que ele denomina *genius loci* ... “*estar na terra significa estar sob o céu*”, nas palavras do filósofo. Fica muito patente, em todo seu livro, a preocupação em contribuir para a investigação na arquitetura de maneira muito empenhada no processo de projeto; em como progredir para a criação de lugares que sirvam às complexidades e contradições da vida contemporânea ... existencialmente enraizada em nossa vida cotidiana no mundo <sup>56</sup>.

Berque<sup>57</sup> também se apóia em Heidegger e como Norberg-Schulz lida com *urbi et orbi*, símbolo de *mundus*. É para mim difícil perceber quanto da mediação cultural de apoio filosófico e histórico, que seria maior no pensamento de Berque, não está contido na leitura espacial de N. Schulz da paisagem enquanto marca e matriz da cultura. A preocupação de cultura como força para o futuro ultrapassando o horizonte do passado que seria um aspecto inovador em sua reflexão, eu creio ler nas análises que N. Schulz faz em relação à arquitetura que lhe é contemporânea com o pensamento da época. A atualidade na qual Berque está inserido valoriza o ecúmeno e a singularidade dos lugares e procura apreender como – a forma dá o ser à coisa – o ser humano dá forma à forma; portanto dá seu “ser” à cidade; o próprio ser humano em sua relação criativa em uma realidade que não é inerente às coisas, mas à nossa relação com as coisas. Também é muito atual (claro, nem sempre difusa como desejaríamos) que finalize com a recomendação de cidades eticamente mais justas, em paisagens mais harmoniosas e ecologicamente mais duráveis.

### **Em Busca ...da Gênese do Mundo Moderno – Ruptura, Contradições**

A descoberta das Américas é o testemunho do processo que durante quatro séculos trouxe novas maneiras de ver o mundo e novas atitudes perante este; perceber o mundo por novos modos, romper modelos, alterar poderes, construir atitudes, comportamentos, conhecimentos, ciências e técnicas; a ligação das diferentes áreas do saber da época está expressa no encontro do Novo Mundo; é um novo mundo o qual se descobre na geografia do planeta, é um novo mundo que por uma intensa e profunda mudança cultural produz essa descoberta.

É a riqueza, é a abundância, é a ambição de mais riqueza, de maior poder; é a ambição do conhecimento, da experiência, da capacidade, do orgulho da criação, da curiosidade pelo distante, pelo desconhecido, pelo exótico; é a ambição do desafio sobre os riscos, da superação

do perigoso, da vitória da razão, do desafio do controle sobre a natureza, o tempo, o espaço, o trabalho; é, simultaneamente, a realização de fantasias, sonhos, invenções, descobertas, conquista de liberdade, de autonomia do espírito.

Um processo de intensas modificações simultâneas trazem aos homens novas visões de mundo; maior liberdade de consciência altera as atitudes, os comportamentos, com relação a seu próprio destino, à sociedade, à natureza, ao próprio campo do sagrado; as coisas do mundo são percebidas por uma nova inteligência. O humanismo do Renascimento<sup>58</sup>, pela crítica, inova raízes na concepção de uma nova cultura, novo código de valores e de comportamentos; confere-se mais valor às mudanças, modificações, variações que à permanência e continuidade; o aqui e agora, mundo concreto dos seres humanos em luta entre si e com a natureza, leva a um maior controle sobre o próprio destino – agir sobre o mundo para transformá-lo de acordo com seus interesses e vontades. Gesta-se o antropocentrismo, em atitudes e valores que exaltam o indivíduo, os feitos históricos, a vontade e a capacidade de ação do homem, sua liberdade de atuação e de participação na vida das cidades. É a vitória da razão abstrata, do controle do tempo, do espaço, do trabalho e do domínio da natureza.

Entretanto, ao extinguir a multiplicidade do real, ao criar um padrão único, monolítico, intransigente, enquadrando toda sociedade e cultura, não ficou como conquista assegurada, o respeito à individualidade e à originalidade de pensamento. A busca de inspiração para o comportamento, baseado na determinação da vontade, no desejo de conquistas, no anseio do novo, contraditoriamente, fez brotar uma autonomia de espírito e anseio de liberdade que teve de permanecer como um “ideal” quando o indivíduo procurou transferir o saber para suas próprias condições de existência<sup>59</sup>.

As navegações portuguesas e espanholas que atingem o continente americano e o Oriente rompem o monopólio turco-italiano de especiarias; com as novas rotas, aliviam o estrangulamento do capitalismo comercial.

Durante os últimos séculos da Idade Média tudo confluía para Veneza: as rotas comerciais, por mar, entre Atlântico e Mediterrâneo completam as rotas, entre terras, nos séculos XIV e XV; mar Báltico e mar do Norte se conectam com as bordas oceânicas do sul da Inglaterra, oeste da França, Portugal, os litorais leste da Espanha, França meridional, a Itália do Tirreno e aquela do Adriático, encontrando-se em Veneza. A mudança da paisagem urbana de Veneza durante o século XVI revela o poder e os novos valores culturais da elite de uma das mais importantes cidades européias do período<sup>60</sup>.

Um amplo território de grande parte da Europa havia sido interligado por rotas de comércio, de trocas, de informações, de interesses; alteram-se os poderes políticos; o prestígio social e o poder político dos mercadores enriquecidos se manifesta, principalmente, em regiões da Itália e Flandres: estas, com cada vez maior foco nas cidades, polarizam o comércio europeu.

A produção nas regiões do entorno próximo havia garantido a segurança alimentar pelas práticas produtivas de integração entre a agricultura<sup>61</sup>, a criação de animais (pecuária, em geral) e o extrativismo (caça, coleta, pesca); a cadeia, produção e rejeito, mantinha-se com aperfeiçoamento de tecnologias e aumento da produtividade, facilitando o crescimento demográfico. O processo de produção, a circulação e a acumulação de excedentes durante longo período trouxe o aumento do comércio, das liberdades; maior riqueza e abundância com grande intensidade de trocas, intercâmbios, negócios. A ampliação cria centros comerciais, novas capitais econômicas; Sevilha, Lisboa e Londres despontam com as grandes transformações; o impulso do comércio debate-se com a morosidade da oferta dos produtos orientais e os preços do monopólio, ainda italiano; o impulso fica ameaçado com a escassez do metal para as moedas. Falta ouro na Europa Central e cada vez mais as mercadorias precisavam ser barateadas. O arrocho das energias do capitalismo comercial, aliviado pelas navegações ibéricas e portuguesas na transição dos séculos XV e XVI, é parte dos aspectos da grande transformação do Renascimento.

O centro de gravidade, no começo da Idade Moderna, situa-se em Lisboa; Portugal vive a epopéia das conquistas marítimas; é a primeira potência no contexto europeu do século XVI.

Um longo processo anterior de mudança nas relações com os servos, de outros arrendamentos, de outros intercâmbios de excedentes, de estabelecimento e enriquecimento das cidades, depa-  
ra-se também com fortes tensões sociais em muitas das cidades, especialmente naquelas mais industrializadas; são novas agremiações, organizações e movimentos; o proletário de então, pelo fato de ser “cidadão”, é um privilegiado, pelo menos enquanto as cidades conseguirem preservar parte de suas independências; as cidades – motores em movimento, na expressão de Braudel<sup>62</sup>, são as responsáveis pelo surto desenvolvimentista da Europa; a liberdade é palavra-chave; são liberdades urbanas, em cidades, em outros modos de vida, em distintos modos de produzir, de usar e avaliar o espaço urbano. Será preciso muito tempo para que se defina o conceito de liberdade do indivíduo com o sentido atual. Direitos de cidadania é uma concessão parcimoniosa.

A civilização européia, fruto urbano, amadurecido em múltiplas e pequenas cidades privilegia-  
das e originais vai se tornar “territorial”, nacional. Uma nova ordem social carrega um vasto deslocamento na geografia das liberdades; as estruturas do Estado “modernizando-se” impõem limites àquela liberdade de escolha do indivíduo; surgem novos e outros deveres do indivíduo para com a sociedade, outro respeito pelos privilegiados e pelos privilégios; novos interesses do todo e diferentes condicionamentos; a idéia dos pobres e mendigos da Igreja mescla-se e embaralha-se com os mendigos, pobres, e “inúteis” da sociedade.

Um excedente importante passa a vir das terras longínquas, do mundo novo.

É a riqueza na Europa; na Espanha, o afluxo brutal de grande quantidade de metais amoedá-  
veis da América traz uma enorme elevação dos preços da economia em geral; repercutirá em toda a Europa Ocidental; os metais preciosos da América aceleram a economia de mercado e estendem instrumentos de crédito, modificam regulamentações dos grupos econômicos e sociais. Abalam ainda mais a cultura que, já muito perturbada, continua a transformar-se; comportamentos, atitudes, pensamentos são convulsionados; poucas são as permanências; nestas, é essencial conceber o pensamento europeu em diálogo com o cristianismo, seja candente ou violenta a discussão<sup>63</sup>. O aprofundamento desse entendimento, com as muitas contradições, ambigüidades, controvérsias de interpretação, valores emaranhados, parciais, filtrados é que permite ver a criação do padrão “culto”, a discriminação do “estrangeiro” pelo europeu, do “bárbaro”, a hierarquização de culturas, servindo para legitimizar a repartição do mundo feita com a criação do mundo colonial. Na forma de conceber o conhecimento, na forma de perceber o outro, as novas terras não representam outros povos; serão conquistas a fazer parte da “civilização européia”; evangelizados, pelo diálogo com o cristianismo; é a qualificação do “outro”, “o exótico” feito a partir da cultura que o examina; esta é que se consideraria positiva.

Colombo, em 1492, Vasco da Gama – completando 80 anos de esforços portugueses, e Fernão de Magalhães na primeira viagem de volta ao mundo (1519-1521), levam o sistema comercial à extensão do globo terrestre. Com as grandes navegações, a totalidade do mundo conhecido se relaciona: é a “globalização” do século XVI.

A empresa das grandes navegações... É ousada cosmografia, ambição, riqueza, abundância, do-  
mínio, poder, iniciativa, liberdade, autonomia, audácia, criação, aventura da humanidade?

O mundo moderno se funda no Renascimento, na construção cultural do homem e da sociedade; individualismo, ambição ilimitada de riqueza e abundância, racionalismo, controles do tempo, espaço, trabalho; domínio da natureza, vaidade e cobiça; mas também audácia, superação, desafio para além de si, fascínio pela criação e pela liberdade.

Essa singela procura de visibilidade do elo entre as grandes navegações e a Europa renascentista é uma das leituras sobre múltiplas possíveis; principalmente porque é da característica do Renascimento a rica variedade de suas manifestações. É um fenômeno múltiplo para o qual procurei compreender as opções eleitas e adotadas, em face dos pensamentos e interesses predominantes, pelas sociedades que balizam nosso histórico.



*A história é duna*<sup>64</sup>  
Crédito: Acervo da autora

### Em Busca de ... Caminhos Plurais – Como que me Permitindo uma Parábase<sup>65</sup>

O recente Ciclo de Debates sobre a Metrópole: Continuidades e Descontinuidades alertou: *“a ausência de melhor definição entre o que se entende hoje como questão metropolitana no país revela-se, sobretudo, na ausência de um debate sobre o projeto do território nacional que desejamos ter”*<sup>66</sup>.

A lacuna detectada nesse evento recente indica preocupações quanto às implicações entre o território e a metrópole; talvez devêssemos nos debruçar na centralidade do conceito de território para com as diferentes modalidades de apropriação... e... muitos outros temas. Destaco somente dois aspectos os quais, bastante imbricados, creio participariam direta e/ou indiretamente nesse debate levantado pelo ciclo, são a favelização e a agroindústria.

No *Atlas do Brasil*, de Hervé Théry e Neli Aparecida de Mello (São Paulo, Edusp, 2005), mapa baseado em dados do IBGE revela a difusão contemporânea das favelas por todas as regiões e em muitos dos estados do país. Praticamente onde existe alguma cidade há favelas: acompanham as manchas de urbanização. Para além da generalização, mostra que a maioria absoluta dos residentes em favelas encontram-se em cinco regiões metropolitanas do Sul e Sudeste: Porto Alegre e Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte.

Há significativas diferenças de renda no interior das favelas; parte delas é constituída por famílias classificadas nas informações censitárias, como de classe média. Porém, de modo geral, esses moradores são pobres. A localização do terreno explica a presença de residentes em favelas de indivíduos que possuem renda suficiente para adquirir um terreno e construir uma casa em um loteamento popular. As favelas surgem, principalmente, nas áreas próximas a centros comerciais e bairros residenciais de elite: facilitam-se as chances de acesso a empregos. *“Residir na favela é uma estratégia econômica, que resulta do cálculo racional: as más condições de moradia são a contrapartida da proximidade das fontes de emprego e renda”*<sup>67</sup>.

Às periferias das grandes cidades, de favelas ou de conjuntos habitacionais em desagregação, cabe a afirmação de Porto-Gonçalves de *“retrato de um habitat que não incorporou efetiva-*

*mente o habitante como cidadão*<sup>68</sup> à forma em que temos associado urbanidade, civilidade, democracia. O crescimento dessas populações não tem sido acompanhado pelo crescimento da cidadania. As condições de vida dessas populações questionam o discurso habitual de segregação ou... será que não caberia perguntar: é realmente população urbana?<sup>69</sup> As localizações que facilitam emprego e renda são, em geral, antes de mais nada, aquelas nas quais a natureza é madrastra: sujeitas a desmoronamentos de encostas e inundações freqüentes e intensas. Desliza-se o conceito de urbano para a idéia de “assentado” em lugar próximo, ou não muito com cara de urbano<sup>70</sup>.

A incorporação dos migrantes tem se debruçado na marginalização social, exploração econômica, desemprego e inacessibilidade aos serviços públicos, visto as políticas do Estado e os mecanismos econômicos se mostrarem incapazes de satisfazer as necessidades básicas mínimas das maiorias. Por esse viés, não se levantam as possibilidades, as outras alternativas de outras políticas que pudessem garantir, na região, os meios de subsistência, considerando que sair de seus territórios, de seus lugares, significa a perda de suas raízes culturais, a destruição de seus recursos naturais, o abandono de suas práticas culturais de uso dos recursos.

Além, a diferença de custos para garantir o abastecimento de água, o saneamento básico, a coleta de lixo entre as situações de concentração de milhões de habitantes e as mesmas populações distribuídas em redes de cidades mais espaçadas é muito grande. São justamente as áreas de população mais pobre que fica seriamente prejudicada sob aspectos claramente de saúde pública. A concentração populacional que leva o “casco” urbano à expansão muito grande altera os ciclos biogeoquímicos, aumenta a “pegada ecológica”<sup>71</sup>, mostrando que o impacto ambiental de demanda de matéria e energia ultrapassa em muito a escala local ou o sítio urbano. Porto-Gonçalves, ao compilar alguns dados de diferentes cidades, traz grave denúncia às formas de ocupação e consumo. A urbanização das populações, geografia das localizações e as peculiaridades de diversificação das concentrações, em mais esse aspecto de saúde pública desigual e natureza madrastra para alguns muitos, continua a manter a hierarquia dos povos, dos espaços, discriminando o “estrangeiro” em seu país, o outro “bárbaro” à maneira que a Europa do Renascimento nos legou.

O processo predatório acompanha-nos desde a América portuguesa com as monoculturas da cana, do café e agora da soja, apresenta-se por um fato novo: é a dimensão desse processo. Desde a década de 1980 o Centro-Oeste foi sendo rápida e extensivamente ocupado pela soja a qual se transformou em principal produto de exportação. Trata-se da ocupação da área de cerrados; não é supérfluo lembrar que, além de representar, nos altiplanos centrais, aproximadamente metade da área total do gigantesco conjunto de terras altas de mediana altitude (600 a 1.100 metros) (conhecido por planalto brasileiro), é um dos mais ricos ecossistemas do país. Inadequado manejo do solo, a retirada das matas ciliares e o uso intensivo de agrotóxicos são aspectos suficientes para alertar sobre a intensificação dos processos erosivos, o empobrecimento dos solos, a diminuição intensa da diversidade biológica. A homogeneização das práticas agrícolas modernas, com a opção por cultivares fortemente dependentes de insumos químicos, conduz a um problema ambiental de grandes proporções, na gravidade e na extensão<sup>72</sup>.

O grande sertão e as veredas se complementavam em sistemas de uso da terra que combinava a agricultura nas áreas onde a água era mais fácil, na superfície, deixando o gado para as chapadas e encostas compartilhando o espaço com a coleta de frutos, resinas e madeira. Rompeu-se a complementaridade entre a chapada e o fundo de vale; entre a agricultura, a pecuária e o extrativismo.

A opção da agropecuária de grandes capitais com crescente mecanização das atividades agrícolas criou os complexos agroindustriais. A divulgação da economia de exportação lhe confere uma importância a qual deveria ser significativa para o desenvolvimento do país, na amplitude em

que o processo se realiza; porém, o paradoxo dos desertos demográficos não é estranho para ninguém; os mais modernos complexos industriais são os que menos criam empregos; a agricultura de ponta produz o avesso do ambiente propício ao dinamismo econômico; a simplificação do quadro econômico aprofunda a desigualdade dentro do país; acelera-se e exacerba-se com o crescimento do desemprego e da pobreza diante da eliminação de diferentes oportunidades de trabalho. O "agribusiness" e a agricultura familiar representam os dois aspectos da agropecuária. Enquanto a opção por complexos agroindustriais da economia de exportação com grandes capitais atraídos para algumas poucas culturas, explusa enorme contingente de trabalhadores rurais, a agricultura familiar ocupa 14 milhões de trabalhadores e produz "67% do feijão, 84% da mandioca, 58% da carne suína, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e grande parte das frutas e hortaliças" (Folha de S. Paulo, A3, 14/07/06).

É um trabalho coletivo, de muitos, a ser elaborado e debatido, aquele "desenho" de hoje, que se reconheça em Guimarães Rosa na riqueza de leitura do ambiente de nosso grande escritor. No ecológico das chapadas e vales do cerrado, no grande sertão e nas veredas o ambiente vai além; certo, o ecológico não é o ambiental, não o esgota; vai além das relações políticas, sociais, econômicas e culturais; leva-nos à procura, especialmente, "... dessa vinculação do Homem à Terra – da configuração do lugar à condição humana – é que emana a universalidade que procuramos"<sup>73</sup>. Esse tesouro, na compreensão de Rosa, devo ao texto do professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro.

**Região urbanizada**, metrópole, megalópole, macrometrópole, urbanização dispersa, megacidade, rede de cidades, são alguns dos termos em voga para o mais comentado processo de urbanização do século XX.

O conceito de "região urbanizada" para Lamparelli "é mais equânime ao referenciar problemas dentro de uma porção mais ampla de território, que coexiste como processo de urbanização estendida e diminui a importância atribuída às fronteiras políticas e institucionais entre os municípios"<sup>74</sup>.

O impasse semântico, nos últimos 30 anos, teve de defrontar-se com a manutenção dos processos vitais os quais estruturam o ambiente de vida do homem, pois, na ilusão que seríamos libertos da natureza, acabamos nos colocando na condição de aprisionados pela natureza; aquela imagem do planeta que já tem quase 40 anos é de reflexões, entendimentos, posições diversas, complexas, contraditórias; porém são muito poucos aqueles que conseguem se manter alheios<sup>75</sup>.

Há 30 anos, como colocado no início deste texto, o aspecto que víamos como prioritário era relacional. A volta ao tema se faz com essa permanência; continua sendo levado pela relationalidade espacial que mistura, embaralha, imbrica escalas; pelas escalas do espaço e claro, aquelas do tempo; e por estas, mudas de sentido, com as metamorfoses dos contextos; dos significados atribuídos pelos diversos grupos sociais ao mundo real em todas suas manifestações. Procurávamos, ainda na década de 1980, entender melhor a incorporação da dimensão espacial da cultura; novos aportes, nos quais muitos autores repensam o conceito de cultura e a diversidade cultural, os significados, representações e formas simbólicas ao longo da história, mantêm e tonificam nossa preocupação em compreender o sentido que os homens conferem a suas vidas na Terra. Seria a mesma procura entendida em Berque e Holanda para cidades eticamente mais justas, paisagens mais harmoniosas e mais duráveis ecologicamente, no primeiro, e as dimensões ecológica, ética, estética, no segundo?<sup>76</sup>

Nessa simultaneidade do texto solicitado pelo colega Silvio Macedo, das antigas preocupações com a paisagem metropolitana, da volta recente em uma nova participação sobre o tema em disciplina, de novas abordagens por orientandos recentes, da proximidade que tenho com a Curitiba a qual, preventivamente, enfrenta o desafio da metropolização, deparo-me com o seminário de meu querido e antigo colega, também meu orientador na época em que "grandes aglomerados urbanos" era a expressão a qual me recobria dos impasses semânticos, eludindo

as questões conceituais implícitas. Refiro-me ao 1º Seminário Internacional sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano, em 21 e 23 de março de 2006, na FAUUSP, com a publicação de trabalho de autoria do professor Nestor Goulart Reis<sup>77</sup>. Em pauta, o processo de urbanização de São Paulo, o mais amplo do país sob o aspecto territorial, populacional e econômico; destacadas as áreas metropolitanas e suas faixas envoltórias: além da área metropolitana de São Paulo incluíram-se Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba, reunindo cerca de 30 milhões de habitantes<sup>78</sup>.

A importância do fenômeno, do evento – contando com a participação de estudiosos internacionais – e do professor pesquisador de longa investigação sobre o tema, e a apresentação de trabalho de equipe de professores doutores, estudantes de pós-graduação em diferentes níveis, leva-nos a reunir algumas contribuições de terceiros sobre a urbanização no mundo, em geral e sobre a urbanização brasileira.

Urbanização, em geral – Porto-Gonçalves<sup>79</sup> em capítulo “O mito da urbanização no mundo”, observa que, ainda em 2000, 53% da população do planeta vivem em áreas rurais; para melhor clareza, informa: “apesar da franca hegemonia da ideologia urbano-industrializadora, não é nos países industrializados que se encontra a maior parte da população urbana mundial”. Aponta para o fato de, apesar do aumento da população urbana, a taxa de crescimento anual estar caindo (com exceção da América do Norte); também, é muito maior o crescimento nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos. Muitas podem ser as explicações para as diferenças; porém, não deixam de ser muito sérias as observações: “de cada 10 habitantes em cidades no mundo, 7 estão na Ásia, na África e na América Latina e Caribe e somente 3 na Europa, EUA e Japão”. Acrescenta – o que nos parece dado realmente importante: “dos quase 3 bilhões de urbanos (2,923 bilhões) cerca de 924 milhões estão em favelas; ... dessa população favelada, 94% está na África, na Ásia, na América Latina e Oceania, segundo a ONU”. E mais “a população vivendo em favelas no mundo é maior do que a população total dos países desenvolvidos – Canadá, EUA, Japão e Europa”.

Urbanização brasileira – Taxas de urbanização de 81,2% ou de 70% ou de 57%!<sup>80</sup>. Esses números tão díspares indicam, no mínimo, controvérsias; José Eli da Veiga afirma: “o Brasil é menos urbano do que se calcula”; o texto mostra que a leitura da população urbana brasileira fica prejudicada por uma regra peculiar e única no mundo; por esta regra, independente das características do município, toda sede municipal (cidade) e de distrito (vila) é considerada urbana. Acrescenta algumas verdadeiras ficções<sup>81</sup>, pelas quais a população urbana brasileira teria atingido, no ano 2000, o índice de 81,2%. Porém, deixando de lado esse tipo de anomalia, aponta: do total de 5.507 sedes de municípios, havia 1.176 com menos de 2.000 hab, 3.887 com menos de 10.000 hab e 4.642 com menos de 20.000 hab. É o mesmo estatuto legal utilizado em situações tão díspares! Diante dessas contradições, desde os anos 1950, em muitos estudos, consideram-se urbanos aqueles 4.024 municípios com menos de 20.000 hab em 2000. Por esse critério a taxa de urbanização seria de 70%.

A regra em vigor é o Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938 (ainda período do Estado Novo): determinando “a sede do município tem a categoria de cidade”<sup>82</sup>. Veiga organiza critérios segundo os quais apenas 57% da população fariam parte da rede urbana: 34% em 12 aglomerações metropolitanas, 13% em 37 aglomerações não-metropolitanas, 10% em 77 centros urbanos não-pertencentes a aglomerações (455 municípios totalizando os 57% da população); para outros 567 municípios nos quais vivem 13% da população brasileira é discutível a identificação; porém, 4.485 municípios (30% da população) são rurais, sem dúvida: sua economia é fundamentalmente alicerçada na utilização direta dos recursos naturais<sup>83</sup>.

O critério utilizado por Veiga combina o tamanho populacional do município com a densidade demográfica e a localização. Ao distinguir como urbanos, de início, os habitantes das 12 aglo-

merações metropolitanas, das 37 aglomerações e dos 77 centros urbanos, pode dedicar-se ao exame dos demais; são 5.052 municípios, no ano 2000, que considerou em situação ambivalente. Adotou o critério de densidade demográfica; a evolução da densidade demográfica revela que nos municípios de mais de 100.000 hab a densidade média é superior a 80 hab/km<sup>2</sup>; entre 75 e 100.000 hab ela é de menos de 20 hab/km<sup>2</sup>; no entorno dos 50.000 hab (50 a 75.000 hab e 20 a 50.000 hab) a densidade cai para 10 hab/km<sup>2</sup>. Pela combinação tamanho populacional – densidade – localização, passa a considerar:

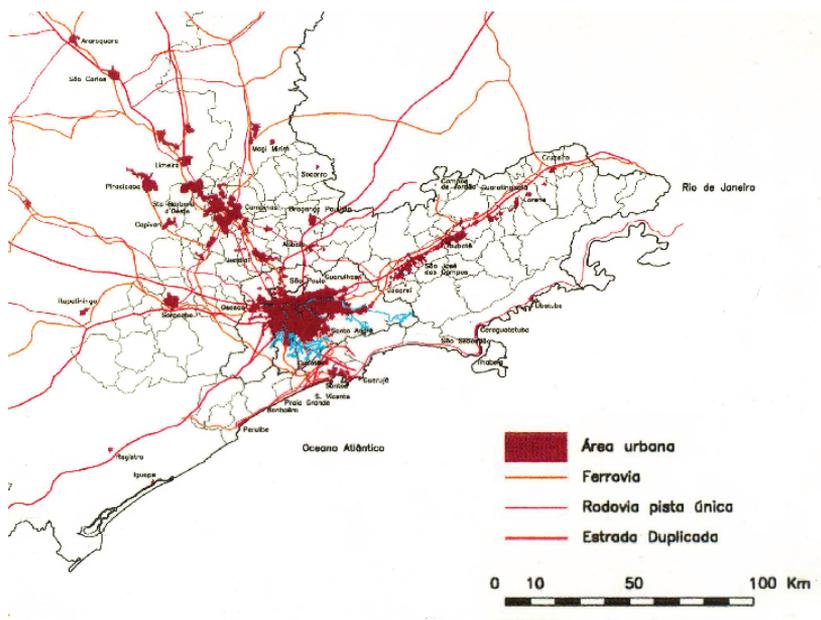
- de pequeno porte os municípios com, simultaneamente, menos de 50.000 hab e menos de 80 hab/km<sup>2</sup>;
- de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes ou cuja densidade supere 80 hab/km<sup>2</sup>, mesmo tendo menos de 50.000 habitantes.

Os critérios, ao procurar sair da arbitrariedade, organizam uma combinação, no entender do professor J. E. da Veiga, adequada para indicação do grau de modificação antrópica do meio. Essa leitura da expressão “*modificação antrópica do meio*” pode confundir a aparência de “natural” com as modificações reais (nada mais antrópico que o cerrado coberto de soja!); porém, não é este o sentido em que é usado pelo autor; refere-se à apropriação dos “vazios” nos quais se valoriza o aspecto de “naturança” (no falar de Emmanuel dos Santos); o autor não tem essa miopia da visibilidade, esta visão “*retiniana*” – diria Duchamp – ela é bem comum, sim, entre os arquitetos<sup>84</sup>. Mas, é importante considerar o aspecto que ele denuncia do rural visto como resíduo, com rápido desaparecimento. Pelo contrário, conforme destaca o professor Juarez Brandão Lopes, desde o prefácio, a tendência de parte substancial da população rural é para o crescimento e não para a diminuição. Outra questão levantada na publicação diz respeito à “*confusão entre o rural (noção espacial) e a atividade agropecuária*”. Esse é aspecto importante que afeta diretamente as questões socioambientais: refere-se ao desenvolvimento rural no contexto das políticas da configuração territorial brasileira.

Em “*Urbanização dispersa .....*” são, de início, indicadas duas escalas de observação; uma, de “*áreas metropolitanas*”, visualizada pelas fotografias de satélite<sup>85</sup>, mostra “*uma dispersão crescente de núcleos ou pólos, entremeados de vazios, com redução de densidades de ocupação, no todo ou em partes importantes formando o que alguns autores chamam de nebulosa urbana*”. A outra escala selecionada, a “*segunda refere-se às que os arquitetos chamam de tecido urbano, ou seja, a escala na qual se definem as relações físicas e jurídicas entre espaços públicos e espaços privados, em que se definem as ruas e praças, as quadras e lotes, a propriedade (ou posse) do espaço urbano, sua produção material, bem como sua apropriação, uso e transformação*”<sup>86</sup>.

Qual o significado da expressão “vazios” da escala maior? Como as diferentes escalas espaciais que vão desde esses “vazios” citados e o “vazio”(?) da escala da rua se comportam entre si e entre os espaços construídos? Qual o significado da leitura como “*nebulosa urbana*” sem identificar os espaços de fato urbanizados? E as conexões entre os diferentes núcleos urbanos e as interdependências entre os espaços “urbanizados” e os “vazios”? Com quais critérios de análise avaliar as diferentes questões que se levantam nessa multiplicidade de reações? Espaços de muito baixa ocupação com modos de vida urbanos não exigiriam outro critério de análise? Seriam os tecidos urbanos a categoria de análise adequada? Sem dúvida, a riqueza do texto do professor Nestor Reis deve ser cuidadosamente considerada; porém, a importância do espaço não-edificado ressalta sempre, para o bem e para o mal: para o passeio e para a violência: é por ele que cotidianamente se tece a trama urbana e regional.

Procurando simplificar minhas questões, relembro alguns aspectos que são de sentimento comum em relação à urbanização; de início, alguns daqueles percebidos como problemas, na vida e no espaço: ambientes urbanos precários, pobreza, favelização, solapamento de encostas, inundações, saneamento básico, destinação de resíduos, lixo urbano; gastos e desgastes em trânsito,



A Nebulosa Urbana  
Crédito: Acervo da autora



Os núcleos urbanos,  
urbanização espaçosa  
no município de Jundiaí  
próximo à Serra do Japi/SP  
Crédito: Josefina Capitani

congestionamentos, automóvel, transporte coletivo; a mídia e o consumo, com sua estranha ideologia de realização; os poucos empregos e os problemas de trabalho; a forma padronizada da concepção de recreação.

Retomando as colocações de Veiga, nota-se que a arbitrariedade com a qual se tem feito a delimitação do urbano e do rural leva a sérias distorções<sup>87</sup> na leitura de nossa visão socioeconômica. Com isso e por isso, ficam inteiramente inadequadas as políticas públicas dirigidas à população rural; partem da realidade urbana e são simplesmente “extrapoladas” para um rural visto, sem mais, como população a lidar sempre e unicamente com as atividades primárias. Surgem novas configurações espaciais decorrentes de processos profundos de mudança nas atividades econômicas que, na última década, atingem também o Brasil. É uma reestruturação produtiva, em mudanças das atividades econômicas ocorridas nos últimos decênios em todo o mundo, na esteira da abertura comercial e da exacerbação competitiva mundial.



Urbanização em Icoaracy  
(Belém) – uso de orla  
Crédito: *Silvio Soares Macedo*



Belo Horizonte – A escala de rua  
Crédito: *Acervo Quapá*

Fora dos limites urbanos, à procura de lugares “menos artificializados pela ação do homem”, à procura “de ecossistemas” (na expressão de Veiga), surge um claro aumento de atividades de desconcentração espacial, com terceirização de atividades industriais e de serviços produtivos de novas características tecnológicas e organizacionais. Colocadas como onipresentes em espaços essencialmente rurais, chamo a atenção ser necessário observar essa presença também em espaços do interior da chamada “região urbanizada, macrometrópole, ou etc.” de São Paulo, especialmente no que se refere aos serviços produtivos.

As transformações da tecnologia digital, ao gerar mudanças na produção, nas comunicações e nos transportes, provocam a reestruturação produtiva, segundo o autor e vários outros que o acompanham na observação. Desconcentração espacial, processos de mudanças favoráveis e políticas públicas adequadas, são o cerne dos programas que Veiga enfatiza para 30% da população com tendência de crescimento e não de diminuição ou desaparecimento, como a leitura distorcida do urbano e do rural leva a crer, acoplada à observação opaca que estamos fazendo a respeito das mudanças.

De minha parte, facilita-me insistir que se examine mais e reflita-se sobre os espaços sempre “invisíveis”, os espaços “vazios” entre os diferentes, variados núcleos urbanos da megalópole.

Parte da dificuldade, apontada por Veiga, decorre da dicotomia que se criou entre a cidade e o campo; porém, a *"ruralidade não é mais sinônimo de atraso"*<sup>88</sup>, conforme a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) resolveu assumir. A dinamização econômica de áreas rurais tem sido cada vez maior pela captação das rendas urbanas em estadias curtas, prolongadas e/ou definitivas de aposentados e famílias, inclusive em nosso país; participa, e muito, da economia local a procura e valorização de *"amenidades"*, especialmente onde se impediu a degradação dos patrimônios cultural e natural, por parte de um turismo diversificado de férias, shows, esportes, congressos, festivais, lazeres cada vez mais variados; é freqüente a incorporação de atividades terciárias nas comunidades rurais; surge a organização conjunta da agricultura e indústria; interessante levar em conta que com a revalorização do *"ambiente natural"* vários serviços de menor escala e exigências de maior espontaneidade, mais simples, facilitam a inserção de habilitações mais comuns, oportunizando trabalho para qualificações diversas; diminuindo e talvez até eliminando, a clivagem entre trabalhadores qualificados e não-qualificados.

Associa-se o território com a valorização de suas características de lugar, com a produção dos bens – sistemas produtivos – na procura do desenvolvimento. Pela expressão *"recomposição dos territórios"* alude-se a novas formas institucionais de coordenação e gestão, superando, pela articulação, as estruturas locais, fechadas em si mesmas, que se limitam a *"barganhar e mendigar"* junto das hierarquias institucionalizadas. A cooperação intercomunidades ou *"intercomunalidade"* corresponde, no Brasil, às articulações intermunicipais microrregionais, como já se encontram em muitas situações brasileiras sob as expressões associações, consórcios, pactos, etc. Considera que o *"sistema produtivo local e o trunfo ambiental"*<sup>89</sup> são dois fatores decisivos – estratégicos – alcançada a coesão e a organização necessárias e suficientes para formulação e adoção de um plano local.

A crescente pluriatividade, bem como o dinamismo (chama a atenção que não o tamanho do empreendimento que pesa e sim sua dinâmica) o qual Veiga aponta para a economia familiar nas áreas rurais, volto a insistir, nota-se também nos espaços *"vazios"* da *"urbanização dispersa"*, mesmo em situações que não contam com qualquer apoio dos órgãos públicos. O autor sugere estratégias que articulem economias locais sustentáveis, tirando partido do patrimônio natural e cultural em apropriações, usos e transformações, de modo a incluir e valorizar desejos, expectativas, aspirações, valores. Essas populações *"rurais"* residem na sede, contando com acesso à água, eletricidade, correio, escola primária (como aliás nas cidades-república italianas; e assim se manteve na Itália, onde se deu início ao modo de viver urbano).

Dessa maneira ficam mais claras as interdependências das zonas urbanas, intermediárias e rurais: é um entrelaçamento criativo que *"abre"* e recompõem os territórios, cria configurações espaciais, na observação da interferência dos problemas de cada uma das zonas sobre a outra; voltam à tona contextos de complementaridade, emergem, na mobilização de programas conjuntos, à procura de ações cooperadas.

Funde-se o urbano e o regional entremeado pelo *"rural"* focalizando no local, empregos, coesão social e oportunidades de melhoria de vida. A identificação e qualificação das questões espaciais, a valorização da paisagem, aparecem com mais clareza, ficam evidentes, na trama do econômico, na medida em que a condição de concorrência está fortalecida. As parcerias (cooperação) de diferentes atores sociais, privados, públicos, locais, regionais, nacionais passam a ser necessárias e bem-vindas; diversificadas, podem operar mudanças significativas na paisagem socioeconômica territorial.

Os processos de dinamismo de municípios *"atraentes"* (em sua expressão) que, apesar de rurais, tiveram crescimento de população acima da média nacional, ao contrário da idéia persistente de êxodo rural, levam a perceber *"ilhas"* de prosperidade que Veiga procura multiplicar e criar

“arquipélagos” de desenvolvimento. Sua hipótese de trabalho (de pesquisas de projeto em curso) parte de algumas idéias nas quais a reestruturação produtiva é a matriz dos processos benéficos; é maior a facilidade de ocorrência do processo ou, em outras palavras, o desenvolvimento se privilegia, fica facilitado, em áreas que já apresentam determinadas características favoráveis de sua população (traços culturais, nível educacional) ou um meio físico pouco artificializado; considera-se importante o papel da ação de políticas públicas (educação, difusão de modernos meios de transporte e comunicações); como meio básico, vista como área-chave da política pública é o incentivo à criação de cooperativas, associações, “redes sociais”<sup>90</sup>.

A configuração territorial que instiga a sinergia já havia sido apontada por Jacobs, 2001, ao mostrar a diversificação das economias locais como interessante para o desenvolvimento, comparando com a especialização induzida pelas mesmas; coloca-se ênfase nas habilitações que geram aptidões ou competências as quais decorrem da expansão das habilitações. Novamente fica enfatizada a importância da interação em diversidade, complementaridade, interdependência; redes de organizações coletivas levam a mudanças do nível de solidariedade e conseqüente participação e reivindicação do aumento do custeio público de serviços sociais; reforça-se mais a complementaridade e melhor se debate o conflito.

Chama a atenção a multiplicidade de maneiras de os processos de desenvolvimento se apresentarem em diferentes lugares; em particular, o professor Juarez B. Lopes aponta a importância para que as diversas ações públicas se situem em um único contexto consistente e sinérgico de desenvolvimento no qual, mutuamente, sejam reforçadas as políticas e processos espontâneos de mudança.

As interdependências e complementaridades são atributos que voltam a se fazer notar em todas as escalas; é o contexto e a trama que interagem, em circularidade dinâmica na escala do entorno do local, da comunidade, do bairro, dos setores, das cidades, das regiões urbanizadas. As intervenções que se produzem são inscritas (por formas) no espaço; pontuais, agem por reconfigurações plurais, na medida em que rearticulam fluxos, conexões entre lugares; criam-se dinâmicas socioeconômicas, sujeitas à reciprocidade e à sinergia que valoriza as diversidades. É de nossa atividade a participação para, como propõe Berque, venha a ser “*idades ecologicamente duráveis, belas e eticamente justas*”.

## Notas

- (1) Prof. Dr. Silvio Soares Macedo, meu colega e amigo, incansável para novas frentes, coloca-me em uma encruzilhada: o velho tema, básico de nossas muitas aulas na década de 1970, de livre-docência, do muito antigo artigo sobre Parques Urbanos no II SEDUR; das muitas dissertações e teses que vivemos em todas as etapas de cada um dos novos docentes e pesquisadores. Como se sentir nesse novo encontro com os espaços livres de edificação? Reprise, “sessão nostalgia”? Quando se tem um acervo de muito trabalho sério, que é a experiência dos novos colegas, dos muitos esforços e talentos no ensino, intervenções, reformulações; quando nos é gratificante ver quanto esses novos colegas sabem bem mais do que eu sobre muitos dos assuntos, os quais anos atrás só os iniciamos – Qual a releitura? Corrigir, alterar falhas, visões?; reler: é significativo? A nova interpretação tem contribuição? Continuidades, permanências, interações, reafirmam-se; alguns aspectos se iluminam – ampliam-se; outros perdem o destaque; necessários novos estudos, especialmente em questões as quais não se generalizam. Um entendimento do contemporâneo, que ao se despedir de “pesos” de nossa geração, faça destes memórias e experiências a valorizar sentimentos e mentes para um “mundo da vida” belo, justo, solidário com o outro – diferente em cada um – de cada um consigo mesmo, nesta paisagem em que solo, sol e sonhos são de todos e de cada um.
- (2) À diferença de uma geração, o ensino de Paisagismo em faculdades de arquitetura do país muito se ampliou; muitos os trabalhos desenvolvidos no âmbito de pesquisas e ensino por teses, dissertações, artigos, cursos, palestras, planos e projetos; docentes e discentes organizaram intenso intercâmbio, entre vários centros, grupos, laboratórios de pesquisa; organizaram-se colóquios, seminários e encontros; sobressai-se a capacidade de manter e desenvolver os Enepeas.
- (3) Citação de nosso artigo O parque no desenho urbano, publicado nos *Anais do II SEDUR*.
- (4) Essa expressão “ligante” utilizada pelo colega Décio Rigatti em vários de seus textos (*Revista Paisagem e Ambiente*) indica a clareza que ele adquiriu em um dos aspectos o qual enfatizávamos na abordagem.

- (5) PMDI – GSP – elaborado em 1970 – responsabilidade: governo do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado dos Negócios da Economia e Planejamento; Grupo Executivo da Grande São Paulo – GEGRAN; Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU; ASPLAN S. A – Assessoria em Planejamento; GPI – Grupo de Planejamento Integrado Ltda.; Neves & Paoliello – Sociedade Civil Ltda.
- (6) Estudos, disciplinas, cursos, exames, bancas, orientações, colóquios, atividades em planos e projetos são experiências importantes – necessárias. Insuficientes, sem o indispensável desafio da investigação da paisagem brasileira, enquanto manifestação da cultura de sua sociedade no território, em temporalidade que é aquela da formação dos “domínios paisagísticos” (de Ab´Saber) e das apropriações pelas culturas dos diferentes povos os quais vieram a constituir o que se tem entendido como “povo brasileiro” (de Darcy Ribeiro). Ainda e muito especialmente, com qual conhecimento interpretar, “ler”, a construção humana da paisagem perante o dilema do ambiente? Um outro, um novo desvelar, é ainda muito preso, trancado em pensamentos, elaborações, categorias, ... ainda muito prejudicada a contribuição para fundamentação teórica.
- (7) BENÉVOLO, 1979, vol. 2, p.19.
- (8) MUMFORD, 1955, p. 394; 382-383.
- (9) MUMFORD, 1955, p. 377, 1955: falava Engels contra Feuerbach: “são precisamente as más paixões do homem – a cobiça e a paixão pelo poder – que, desde que surgiram o antagonismo de classe, atuam como alavancas do desenvolvimento histórico”.
- (10) BRAUDEL, 1989, p. 284-287. Ao considerar as civilizações da Europa, Braudel coloca “sob essa vasta etiqueta, não apenas o Ocidente, a velha Europa, mas também as novas: as Europas da América, que dela derivam diretamente”. A “velha Europa” a que se refere, a Europa Ocidental, constituída enquanto espaço homogêneo, enquanto casa abrigada, corresponde à extremidade ocidental da península européia.
- (11) OKAMOTO, 1996, p.110 – é do artista plástico Georgy Kepes essa relação da existência móvel; terra, sol, árvores, flores, nuvens, luz e sombra experimentados pelo homem em mudança cinética.
- (12) O afinilamento de uma visão unilinear que destaca um processo único, empobrece, estreita a experiência cultural – limita a experiência do espaço à mera interpretação física, resíduo que acolhe objetos no vazio. O espaço tangível da bailarina Martha Graham (citado por OKAMOTO, p. 119), ao desenvolver sua dança moderna por meio de sua experiência dos espaços, ao fazer os alunos sentirem e tocarem o espaço como matéria, apoiando, gesticulando, desequilibrando-se em posturas, como se estivessem apoiando-se em algo no espaço, recorda-nos as procuras de Halprin no ensino em Paisagismo. Pelo menos desde a década de 1970 se lida no ensino com a interação espacial, relação do homem com seu meio e aquela entre os homens no espaço social (proxêmica); pensamento, abdução, compleição pertencem aos currículos dos arquitetos.
- (13) TUAN, 1983 e 1974.
- (14) Bruno Zevi, bibliografia básica nas décadas de 1950 e 1960, colocava como matéria-prima do arquiteto o espaço interno do edifício construído; a criação do espaço carregou, no período, uma conotação física relacionada a funções categorizadas pelo que se chamou “Carta de Atenas”; visão limitada da materialidade da arquitetura, prejudicou compreensões que ainda se mantêm, setorizadas. A sempre falada “integração” não chegou a abalar alicerces da dura, rígida objetividade racional.
- (15) PAZ, 2004, p. 25 – A seleção proposta (sociabilidade, mobilidade, territorialidade) limita-se a instigar o interesse pela abordagem; é trabalho de outro alcance a construção da fundamentação teórica. Mas, aventa-se que não há fatura neutra; a fatura deve ser desalojada de seu contexto original, perde seu significado fica vazia. Em nossa atividade, desde sempre, partimos de uma espacialidade peculiar, inscrita na temporalidade da natureza; herança de processos naturais de milhões de anos, com as faturas que, em outras durações, desde os primeiros povos – com o legado da primeira singularidade – vem sendo remodeladas na dinâmica das culturas.
- (16) Heidegger, citado em NORBERG-SCHULZ.
- (17) Essa expressão, unidade político-espacial, realidade material e simbólica, traz, em seu bojo, uma jurisdição de poder em que o titular é o Estado; é a legitimação do Estado que se pretende, ao apregoar o sentimento de pertencer a uma unidade política de base espacial que enaltece riquezas naturais, extensão do espaço, diversidades paisagísticas nas quais ao povo ficou fazer a conquista territorial.
- (18) Estou indicando a forma clássica de fazer-se a leitura pela “veduta” que associa país à paisagem e unificação à laicização, conforme Alain Roger em SALGUEIRO, 2000, p. 35; porém recuo a indicação para Lorenzetti, que ele menciona como uma das primeiras paisagens ocidentais; mas, para Roger faltaria a laicização dos elementos naturais, árvores, rios, etc., que só virá com a perspectiva. É pela leitura dos campos e da cidade ainda no período obscuro (pré-renascimento) das cidades-República, em tempo e lugar da gênese do Renascimento, que privilégio a representação, mesmo não-enquadrada pela janela no interior do quadro. Heresia histórica?
- (19) São dois processos simultâneos, frutos de um mesmo universo cultural. O colonizador dos descobrimentos faz o Novo Mundo, à sua maneira, à sua semelhança; procura reconstruir a Europa, recompondo estruturas e reforçando comandos e controles. Os indígenas antes e os mestiços depois haveriam de reconstituir o “harmonioso” das artes do Renascimento europeu; haveriam de encontrar-se na imagem de Deus que a catequese da Igreja carregava. Rafael, Michelangelo, Leonardo eram os mestres artífices dos modelos nos quais todo um continente se transformava, pela tragédia. A perfeição dos modelos se fazia com uma população que, na época dos des-

- cobrimentos, era de 80 milhões de habitantes, reduzida em cinco séculos de convívio com o europeu para 3,5 milhões de habitantes.
- (20) KRANZFELDER, 2006, p. 190; do autor do livro: “... a luz simboliza o domínio da Natureza e penetra na casa construída pelo homem, a civilização, traçando limites bem delineados. ...”
- (21) PAZ, 2004. Em um primoroso trabalho Octavio Paz reúne dois ensaios de um encontro mantido com M. Duchamp. A riqueza do texto merece várias leituras e reflexões para as muitas interpretações da obra.
- (22) PAZ, 2004, p. 27. Por isso a arte, segundo Aristóteles, é imitação: o poeta imita o gesto criador da natureza. O chinês leva essa idéia à sua última conseqüência: escolhe uma pedra e põe sua assinatura. Inscreve seu nome em uma criação e sua firma é um reconhecimento – no Renascimento, Filarete exigiu que os artistas assinassem seus quadros; assim se tornavam a expressão da individualidade de seu criador. Adquirem também valor de mercado, pois o valor também vai incluir o prestígio da assinatura. Passam a pintar a si mesmos, privilégio pertencente aos santos, aos nobres e grandes burgueses.
- (23) PAZ, 2004, p.17. O elemento hilariante não torna as máquinas mais humanas, mas “conecta-as” com o centro do homem, com a fonte de sua energia: a indeterminação, a contradição.
- (24) PAZ, 2004, p. 63. É um estado de ânimo que, além de aceitar a contradição, nela busca seu alimento e fundamento.
- (25) Essas são evocadas em Picasso, Kandinsky, Klee, Chirico; e melhor se penetra o período com as parcimoniosas presenças de seus irmãos Villon, de Picabia, Apollinaire, Mallarmé e Laforgue.
- (26) MARTINS, 1996, p. 111-116.
- (27) Trata-se de pesquisa da disciplina Sociologia da Vida Cotidiana, 1995, parte do programa de pós-graduação FFLCH – Departamento Sociologia, publicada em MARTINS, 1996. O texto faz leitura de uma coleção de 180 sonhos com método preparado para as características das entrevistas. A pesquisa, apesar de mais de dez anos, pareceu-nos interessante estudo.
- (28) MARTINS, 1996, p. 115.
- (29) Legado ocidental – usando principalmente Braudel, 1989, nas conceituações do ocidental.
- (30) Seleccionamos período de cidades antes da Revolução Industrial e ainda, na condição de produtor, está próximo da habitação; ele produz o principal para si. De certa forma as cidades estavam condenadas a serem pequenas; a energia para o processo de trabalho era basicamente a biomassa, para o alimento dos homens, para os animais de tração e para a metalurgia de guerra. A atividade agrícola estava espacialmente ligada à pecuária que fornecia o adubo (esterco) e o trabalho de tração; bosques e florestas forneciam lenha para as vilas, povoados e cidades. (Complementações em PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 27) / as atividades de subsistência ocupam os lugares do entorno do povoado; assim se mantêm nas pequenas cidades alterando-se vagarosa e diferencialmente para cidades maiores, conforme se facilita o deslocamento da cidade para o campo e vice-versa; mudanças de tecnologias e peculiaridades geográficas de aproveitamento virão alterar as escalas do urbano e dos espaços de produção. A Roma de um milhão de habitantes não foi considerada nessa seleção visto que seu abastecimento se deu por meio da condição imperial (de conquista) sobre o mundo da época ocidental (sobre esse tema ver READER, 1988, p. 225- 228).
- (31) SALGUEIRO, 2000, p. 34. Alain Roger, no que denominou *raison paysagère* com base em Augustin Berque, *Les raisons du paysage. De la Chine antique aux environnements de synthèse*, Paris: Hazan, 1995.
- (32) Mais particularmente, em setores em que a degradação facilitava fossem vistos como adequados para “investimentos”.
- (33) WALEY, 1969, é texto especialmente esclarecedor sobre as cidades que se distribuem logo ao norte de Roma; elas mantêm até hoje um fascínio de vitalidade comunitária e um simpático caráter de espaços públicos; soa assentado em lembranças de há sete séculos preservadas; fácil – e isso impressiona – que vários entre sua gente tenham referências, amplas e requintadas ou simplificadas e corriqueiras, à coesão da vida, aos hábitos de fraternidade; sae pelas ruas, vielas, praças, balcões de café da *pasticeria*, restaurantes do campo, no trato entre pessoas as quais, à primeira vista, seriam estranhos.
- (34) Há alguma confusão no uso das expressões; para esclarecimento, estamos usando “cidades-república” e reservando “cidades-Estado” para as helênicas. HOLANDA, 2002, traz elementos espaciais de interesse em relação às sociedades feudais européias e a dicotomia cidade/campo; no caso em tela a situação é muito diferente daquela encontrada na França.
- (35) HOLANDA, 2002, p. 255 – p. 422, Holanda acrescenta que a urbanidade de Florença não impediu o surgimento de tiranias; assim, segue que Brasília, por si própria, nunca impedirá a instalação de uma democracia plena no Brasil !!
- (36) Esse tópico pode ser complementado em WALEY, 1969, BENÉVOLO, 1979, vol. 3, BRAUDEL, 1989.
- (37) Ilustrações e análises ampliadas estão em ALEX, 2004 – livro no prelo a partir da tese que se indica.
- (38) Sobre o desflorestamento é fácil a consulta a várias publicações da década de 1970; exemplo: DORST, jean. *Antes que a natureza morra*. São Paulo: Blucher/Edusp, 1973/Munford e Reader foram apoio para as questões sociais e econômicas.

- (39) São muito diferentes os períodos da vida grega; selecionaram-se alguns poucos aspectos básicos próprios à abordagem adotada. A posição favorável de Aristóteles à existência de escravos é bastante conhecida/também passou à literatura urbanística a idéia grega de cidades com 5.000 hab.
- (40) Do latim *contextus*, reunião, conjunto – conjunto das condições naturais, sociais, culturais, nas quais está situado um enunciado, um discurso. Conjunto das circunstâncias nas quais se produz um acontecimento, situa-se uma ação. Um conjunto de condições naturais, sociais e culturais caracteriza um contexto.
- (41) Giancarlo de Carlo, revista *Spazio e Società*, n. 42, 1988.
- (42) Por suas portas, janelas, dimensões, proporções, formas com outros espaços – viela, beco, ladeira, largo, adro, pórtico, rua, praça, avenida, via expressa, rodovias, etc.
- (43) Dimensões, proporções, luz, sol, sombras, ventos, diferentes circular e estar, confortáveis, convidativos, aconchegantes, opressivos, congestionados, inóspitos ...
- (44) Cidade (do latim *civitas, civitatis*) pela própria origem: relações humanas – casa da sociedade, da urbanidade *civilidade* – urbanização (*urbs, urbis* – cidade – *urbanitas, urbanitatis*) – urbano.
- (45) Continente (do latim *continens, continentis*, que é ou o que contém alguma coisa)/conteúdo (o que está contido – fig. substância, sentido) – Todas as expressões a partir do *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*.
- (46) Processo (do latim *processus*, ação de avançar, ir para frente – método, sistema – seqüência contínua de fatos que apresentam certa unidade, ou que se reproduzem com certa regularidade; andamento, desenvolvimento).
- (47) Forma (do latim *forma*, maneira de ser – aparência – maneira de exprimir... – maneira de apresentar-se – cada uma das diferentes configurações); configuração (do latim *configuratio*, forma exterior, aspecto, figura, aparência); formação (do latim *formatio*: ação ou efeito de formar ou formar-se – modo por que uma coisa se forma; formado (que recebeu forma, modelado); formador (do latim *formator*, que ou o que dá forma, que cria).
- (48) Cidadãos romanos, súditos da ditadura papal não tiveram com o que se manifestar quanto aos critérios adotados para com as transformações da Roma barroca.
- (49) Aquela anterior às expansões caóticas após a Segunda Guerra Mundial.
- (50) GIERDION, S., 1954, p. 71-101.
- (51) Sistema (do grego *systema*) combinação de partes coordenadas para um mesmo resultado, ou de maneira a formar um conjunto; conjunto de elementos relacionados entre si de modo coerente – conjunto organizado de princípios coordenados de modo a formar um todo científico ou um corpo de doutrina – conjunto de elementos considerados em suas relações no interior de um todo que funciona de modo unitário – conjunto de procedimentos, de práticas organizadas, destinados a assegurar uma função definida.
- (52) Citado em *Anais do II ENEPEA*, p. 13, por Miranda Magnoli.
- (53) HOLANDA, 2002, p. 422. Infelizmente esse aspecto não fez parte de seu estudo de Brasília, pois o escopo que se propusera era a co-presença, em um sentido conceitual de desempenho espacial no interior das formas urbanas.
- (54) SCHULZ, 1980, p. 6.
- (55) SAUER, ainda em 1925, lidava com a paisagem cultural; nesse tema muitos são os trabalhos, desde o século XIX; em vários campos da arte, teatro, literatura a paisagem é focada, em si ou como metáfora. Lembre-se, entre os mais difusos, Panofsky e Schorske – Viena, *fin de siècle*. Entre os paisagistas mais ligados à escola californiana, Berkeley em particular (caso da influência na FAUUSP), a preocupação é antiga, surgindo em muitas singelas “explicações” de projeto; cabe levar em conta as influências e decorrências do Simpósio *Man’s role in changing the face of earth* da relação com as artes plásticas, mente e natureza. O texto de Simonds, *Landscape architecture* é de 1961; encontrava-se acessível às bibliotecas brasileiras; assim, o conhecido artigo de Meinig, *The beholding eye*, publicado na revista *Landscape Architecture*, 1966; mesmo sem pretenderem criar fundamentação teórica, comuns no ensino, lidavam com o tema.
- (56) Trazer uma pequena síntese e recomendar o estudo de ambos não visa à receita; porém acredito no interesse da leitura.
- (57) SALGUEIRO, 2000, p. 41.
- (58) Os estudos humanos (poesia, filosofia, matemática, história, eloqüência – fusão entre retórica e filosofia) fez a Reforma, baseada em estudos humanísticos – ficavam indissociáveis do aprendizado o domínio das línguas clássicas (grego e latim); mais tarde do árabe, hebraico e aramaico. São excluídos os textos medievais; aceitos só autores da Antiguidade clássica – ver também Humanistas em BRAUDEL, p. 313-333.
- (59) Não se abordaram inúmeros aspectos. Alguns aperfeiçoam muito a abordagem selecionada – Petrarca, Michelangelo, Rafael tiveram influência decisiva até os séculos XIX – XX – as cidades italianas são o berço da arte renascentista – o espaço na pintura é importante na Escola de Pádua com Giotto – a ciência, especificidade ocidental – arte e ciência – perspectiva e totalidade – *virtú* do Quatrocentos ... *uomo universale* de Alberti, o indivíduo pensante de Descartes, Siena, a paisagem, a representação da paisagem natural e dos campos na pintura – prodigiosa riqueza de manifestações variadas e divergentes – a ambigüidade em Dante Alighieri – Boccaccio e as narrativas de cidades da Toscana.

- (60) A elite mercantil, fundiária e intelectual constrói a cidade, as igrejas, palácios e *villas*, entre a água e a *terraferma* pelas concepções de Andréa Palladio em uma paisagem *palladiana* típica do novo poder.
- (61) Os homens haviam aprendido com as cheias e vazantes dos rios; lidaram, por milhares de anos, com a fertilidade do solo, com o sol, água, ar e fogo. Até passado relativamente recente, na própria Europa, a potencialidade dos agroecossistemas mantinha-se, basicamente, pelo sistema da cadeia produtiva, na associação da agricultura com os diferentes animais; estes fornecendo adubos (esterco) – produção e rejeito se organizavam em um equilíbrio em que uma e outra parte contribuía; complementavam-se, em interdependência de recursos e de aumento das condições de sustentação econômica do empreendimento. As culturas de alimentação, mistas em face da relação de diferentes plantas com o solo, com a rotação, contribuía para a conservação da fertilidade dos solos e a variedade de alimentação. A dissociação, relativamente recente, rompe o sistema único da cadeia produtiva.
- (62) BRAUDEL, 1989, p. 297 – também desde p. 294 (séculos XI-XVIII) – p. 299 direito de cidadania.
- (63) BRAUDEL, 1989, p. 313 – interessante o diálogo com o cristianismo trazido pelo autor – p. 314, humanismo e emancipação progressiva do homem.
- (64) Duna – elevação móvel de areia depositada pelo vento dominante, nas praias e desertos – Dito pelo autor, Dino Magnoli, sobre a imagem, gerada em computador, dez. 2005 : “O impulso para esta cena veio de uma bela imagem da revista Terra, mostrando uma caravana com fundo de dunas fascinantes. Lembrei de uma história de ficção científica sobre um povo nômade, vivendo num deserto, em um outro mundo: ‘a história é duna’, Frank Herbert. *Dei tons noturnos à cena e coloquei Júpiter no céu, bem perto, buscando uma atmosfera surreal.*”  
O “vazio” do deserto é denso, Braudel nos chama a atenção para o Islã: “impensável sem o movimento de suas caravanas através de seus vastos ‘mares sem água’, os desertos e estepes de seu espaço, impensável sem suas navegações no Mediterrâneo e, pelo oceano Índico, até a península Malaia ou a China.” Cidades, rotas, navios, caravanas, peregrinações formam um só todo: são feixes de movimentos, linhas de força da vida muçulmana.
- (65) MONTEIRO, 2002, p. 29. Guimarães Rosa, no índice do livro *Corpo de baile*, reúne os três “contos” sob a expressão parábata. Monteiro, em pé de página, por via do *Dicionário Aurélio*, registra o momento do teatro grego e complementa, assim, o intervalo crítico em que o autor expõe sua opinião ao público.
- (66) *Espaço Urbano*, IPPUC 40 anos, p. 14.
- (67) *Mundo*, ano 14, p. 12, março/2006.
- (68) PORTO-GONÇALVES, p. 188, 2006.
- (69) Complemento com citação de Luiz Eduardo Soares em *Mundo...* ele põe em questão se “isso é população urbana ou algo para o qual não se tem o nome adequado, talvez população acampada; deixa de ser rural, não é urbana; carrega do urbano problemas que não teria no rural (as piores condições de riscos naturais – inundações, solapamento de encostas, doenças pela contaminação das águas, etc; insegurança social, assassinatos, criminalidade); oprimidos pela sociedade e suas instituições formais e amedrontados pela marginalidade e criminalidade com suas próprias organizações”.
- (70) “Durante a década de 70, a arquitetura brasileira divulgou no ensino a auto-construção estudada na década anterior em centros de pesquisa e universidades européias e americanas para os países do terceiro mundo. A fundamentação idealística e a valorização da ‘cultura da pobreza’ ilude, evita, se furta a uma série de fatores que estão na base da questão e possibilita o caminho para que a pobreza transitória seja duradoura. A auto-construção vem acoplada à extensão do tecido urbano limítrofe a áreas já sem serviços ou inteiramente isolados do tecido por um vazio reservado para posterior ocupação. O baixo custo do terreno é o argumento usado para essa localização que, de quebra, a mais, ainda identifica espacialmente a segregação.” (MAGNOLI, M., 1982). Nessa época se procurava, no ensino, adensar em situações de uso diversificado e misto, as áreas próximas às novas estações do metrô da zona leste; outras disciplinas, pensavam que os estudantes deveriam aprender arquitetura observando como a população construía junto da Guarapiranga; as imagens com a população pretendiam passar a idéia de participação; a segregação programada... passou batido.
- (71) PORTO-GONÇALVES, p. 193, 2006. A pegada ecológica ... seleciono os extremos de 461 hectares para América do Norte e de 45 hectares para Índia ... “uma verdadeira dívida ecológica das populações urbanas para com as rurais, dos países industrializados e suas populações para com os países agrícolas e suas populações e, sobretudo, das populações ricas em relação às pobres”.
- (72) A associação entre atividades agrícolas, pecuárias, bosques e florestas, foi citada em parte das n. 31, n. 62. O abandono das práticas de controle do ciclo de fertilidade e de sustentação dos agroecossistemas levou a rápidas mudanças tecnológicas, baseadas no divórcio artificial entre a agricultura, o ambiente do ciclo da vida e as apropriações complementares e interdependentes. Agora, decuplica-se a disponibilidade energética com consumo de combustíveis (rapina do acervo geológico) e águas, emprego cada vez maior de fertilizantes químicos e de pesticidas tóxicos. O processo de modernização da agricultura acarretou cada vez maior especialização produtiva e decisiva simplificação dos cultivares; a redução da diversidade genética e diminuição da capacidade de autodefesa das plantas com várias patologias ficou à mostra; técnicas e gestão dos solos inadequadas manifestam-se nos fenômenos de erosão, escorrimento superficial das águas, perda de reposição dos lençóis freáticos, desertificação e amplos alagamentos em zonas rurais, contaminações dos solos, águas e ar.

- (73) MONTEIRO, 2002, p. 38. Guimarães Rosa me fora difícil; de volta graças ao geógrafo, Prof. Dr. Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, em encontrou casual na Bienal do Livro; não sabia que estaria lançando seu novo livro, *O mapa e a trama*, 28 de abril de 2002/chegam alguns poucos amigos enquanto se conversa; volto depois ao Rosa e a Figueiredo Monteiro: é muita a trama a tecer, mas é com emoção, respeito, admiração que vislumbro linhas de tessitura para o espaço brasileiro.
- (74) *Espaço Urbano*, IPPUC 40 anos, p. 12 – No artigo *Metrópole ou cidade urbanizada?* Indicado em nota 67.
- (75) DEAK & SHIFFER, p. 14, 2004 – fazem o comentário: “planejamento urbano chegou a ser promovido como atividade obrigatória pela Constituição de 1988, mas permanece restrito a iniciativas isoladas e anêmicas que, na melhor das hipóteses, arrolam ‘problemas’, mas nem preconizam e muito menos propõem ‘soluções’, a não ser pífias, mas que amiúde simplesmente procuram desviar a atenção das áreas críticas do processo urbano, promovendo problemas falsos (como conservação da natureza), intangíveis (como qualidade de vida) ou inócuos (como impacto ambiental)”.
- (76) SALGUEIRO, p. 47, 2000 e HOLANDA, 2002.
- (77) REIS, 2006 – Notas Sobre *Urbanização Dispersiva e Novas Formas de Tecido Urbano*.
- (78) Termos e dados de REIS, 2006, p. 12.
- (79) PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 181-183 – população urbana: de 37,9% para 47%, de 1975 a 2000; crescimento nos países desenvolvidos: de 70% para 76%, e de 26,8% para 39,9% nos países em desenvolvimento.
- (80) Chama a atenção a controvérsia, para a qual não temos condições de comprovação. É sugestivo o subtítulo do texto de José Eli da Veiga: *Cidades imaginárias*.
- (81) União da Serra, no Rio Grande do Sul, no Censo Demográfico 2000, só encontrou 18 habitantes.
- (82) VEIGA, 2002, p. 55 – Após 63 anos, a promulgação do Estatuto da Cidade, em regulamentação prevista na Constituição Federal de 1988, apesar do título e da profusão, não define o que é cidade!
- (83) VEIGA, 2002, p. 56.
- (84) Não é tão diversa do espaço urbano com a leitura do espaço delimitado por uma linha envoltória que encerra todos os edifícios contíguos; da superfície coberta por construções de maneira contínua (de Chabot) ou do “*brick and mortar*” de Fawcett; continuidade e contigüidade, noções afins de diferentes conceitos os quais, ainda em 1952, Sorre questionava e introduzia a região do assentamento e a paisagem urbana estreitamente associada ao espaço urbano e região.
- (85) O mapa permite leituras ambíguas com o satélite em distâncias do “universo”: é a “grande escala”; a representação que procura identificar os espaços de fato urbanizados, na escala dos homens, indica forte prevalência dos chamados vazios. Sem dúvida, as microrregiões que estão inseridas em uma aglomeração são, essencialmente, urbanas nos modos de vida. Similar ao que já aconteceu com a imagem do planeta há quase 40 anos, parece que sucede com a “nebulosa” urbana, extensa, contínua, núcleos “entremeados de vazios”; Homogeneiza-se o que é heterogêneo por uma leitura interessante, mas intrigante; exige a circularidade do trato dinâmico entre muitas diferentes escalas,
- (86) REIS, 2006, p. 13.
- (87) VEIGA, 2002, p. 25. O professor Juarez Brandão Lopes, no prefácio, considera que “as interpretações da realidade rural não são simplesmente insuficientes”; expressa que são: “más”, avaliando como questão grave, da maior importância.
- (88) VEIGA, 2002, p. 98 – OCDE – p. 97, 101, 102, a idiotia rural desde Engels – p. 106, avanço associado ao desmatamento – p. 107, colonialismo, frustrações de safra e seguro.
- (89) VEIGA, 2002, p. 39 esclarece que a importância das conjecturas sobre os sistemas produtivos locais ficou mais clara quando os pesquisadores se debruçaram sobre o fenômeno que veio a ser chamado de “*Terceira Itália*”: era o dinamismo de certas microrregiões italianas, justamente a partir dos anos 1970, quando quase toda a economia mundial entrava em retração. A indicação do n. 109 de *Process Architecture* referente ao Veneto traz elementos interessantes e abrangentes da relação entre a qualidade da sociedade urbana e as características da urbanização nas diferentes escalas de espaço e tempo.
- (90) O livro compila dezenas de artigos escritos em anos muito recentes; as questões voltam freqüentemente com novos exemplos e argumentos. Sintetizamos só alguns dos aspectos; talvez não suficientes para a curiosidade que o tema e a proximidade de questões similares nas metrópoles pode suscitar.

## Bibliografia

- ALEX, Sun. *Convívio e exclusão no espaço público: Questões de projeto da praça*. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BARRETO, Cláudio M.; CHIESA, Paulo. *Metrópole ou cidade urbanizada? Espaço Urbano IPPUC 40 anos*, Curitiba: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, n. 8, dez. 2005.

- BENÉVOLO, Leonardo. *Diseño de la ciudad*. Versão cast. Francesc Serra i Cantarell. Barcelona: Gustavo Gili S. A., 1977.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. Tradução Antonio de Paula Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
- GIEDION, Sigfried. *Spazio, tempo ed architettura lo sviluppo di una nuova tradizione*. (Ed. ital. Enrica e Mario Labò). Milão: Ulrico Hoepli Ed., 1954.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. São Paulo: Beca, 2001.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução Sandra Valenzuela; verif. téc. Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.
- MANCUSO, Franco; BRUTTOMESSO, Rinio. Veneto italian life style scenario. *Process Architecture*. Tóquio, Japão: n. 109, abr. 1993.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *(Des)Figurações – A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *O mapa e a trama: Ensaio sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis-SC: Ed. da UFSC, 2002.
- MUMFORD, Lewis. *A condição de homem. Uma análise dos propósitos e fins do desenvolvimento humano*. 2 ed. Tradução Miranda Reis. Porto Alegre: Ed. Globo, 1955.
- NORBERG -SCHULZ, Christian. *Genius Loci – Towards a phenomenology of architecture*. Nova York: Rizzoli International Publications, 1980.
- OKAMOTO, Jun. *Percepção ambiental e comportamento*. São Paulo: Ed. Plêiade, 1996.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- READER, John. *Man on earth*. Nova York: Perennial Library, 1990.
- REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Cidades e políticas urbanas no Brasil: Velhas questões, novos desafios. In: RATTNER, Henrique (Org.). *Brasil no limiar do século XXI: Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord., Edit.). *Paisagem e arte: A invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: H. Angotti Salgueiro, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *O renascimento*. 29 ed. São Paulo: Atual, 1994.
- SORRE, Max. *El paisaje urbano*. Buenos Aires: Ediciones 3, 1952.
- TUAN, Yi Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.
- WALEY, Daniel. *Las ciudades-republica italianas*. Madri: Ediciones Guadarrama, SA, 1969.
- WILKINSON, Richard G. *Pobreza e progresso – Um modelo ecológico de desenvolvimento econômico*. Tradução Cristina Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.